



# Diário Oficial

Nº. 195

Ano XLIII • Rio de Janeiro  
Sexta-feira • 16 de outubro de 2020

Câmara Municipal do Rio de Janeiro • Poder Legislativo

## Mesa Diretora Lideranças

**PRESIDENTE**  
JORGE FELIPPE • DEM

**1º VICE-PRESIDENTE**  
TÂNIA BASTOS • REPUBLICANOS

**2º VICE-PRESIDENTE**  
ZICO • REPUBLICANOS

**1º SECRETÁRIO**  
CARLO CAIADO • DEM

**2º SECRETÁRIO**  
ROCAL • PSD

**1º SUPLENTE**  
FELIPE MICHEL • PROGRESSISTAS

**2º SUPLENTE**  
ELISEU KESSLER • PSD

**LÍDER DO GOVERNO**  
DR. JAIRINHO

### BLOCOS E PARTIDOS

**BLOCO POR UM RIO MAIS HUMANO**

Líder: DR. JORGE MANAIA  
Vice-Líder: FELIPE MICHEL

**BLOCO INDEPENDENTE POR UM RIO MELHOR**

Líder - CESAR MAIA  
1ºVice-Líder - ROSA FERNANDES  
2ºVice-Líder - WILLIAN COELHO

**BLOCO PARLAMENTAR RIO EM PRIMEIRO LUGAR**

Líder: JUNIOR DA LUCINHA

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA • PDT**

Líder: FERNANDO WILLIAM

**PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE • PSOL**

Líder: TARCÍSIO MOTTA  
Vice-Líder: PAULO PINHEIRO

**PARTIDO DOS TRABALHADORES • PT**

Líder: REIMONT

**CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**  
CESAR ABRAHÃO

**SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DIRETORA**  
TANIA MARA MARTINEZ DE ALMEIDA

## SUMÁRIO

ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL.....	2	Projetos de Lei.....	27
MESA DIRETORA .....		Projetos de Decreto Legislativo.....	
PRECEDENTE REGIMENTAL.....		Projetos de Resolução.....	
EXPEDIENTE DESPACHADO PELO PRESIDENTE .....	3	Requerimentos .....	31
PLENÁRIO.....	9	Indicações.....	32
Grande Expediente.....		CONSULTORIA E ACESSORAMENTO LEGISLATIVO.....	
Prolongamento do Expediente.....		COMISSÕES .....	33
Ordem do Dia.....	9	ATOS E DESPACHOS	
Expediente Final .....		Mesa Diretora .....	34
EXPEDIENTE		Presidente.....	
Ofícios.....		Secretário .....	34
Projetos de Emenda à Lei Orgânica.....		Procurador-Geral .....	
Projetos de Lei Complementar .....	26	Diretoria-Geral de Administração.....	34
		Diretor de Pessoal.....	34
		EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES .....	34
		ERRATAS .....	



# ATOS DA CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 3º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga a Lei Complementar nº 223, de 15 de outubro de 2020, oriunda do Projeto de Lei Complementar nº 148, de 2019, de autoria do Senhor Vereador Willian Coelho.

LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020.

*Torna non aedificandi a Área de Proteção Ambiental das Brisas, criada pela Lei nº 1.918, de 5 de outubro de 1992, e dá outras providências.*

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO.

Art. 1º Fica considerada *non aedificandi* a Área de Proteção Ambiental das Brisas, criada pela Lei nº 1.918, de 5 de outubro de 1992.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE  
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO nos termos do art. 56, IV combinado com o art. 79, § 3º, da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, de 5 de abril de 1990, não exercida a disposição do § 7º do art. 79, promulga a Lei nº 6.784, de 15 de outubro de 2020, oriunda do Projeto de Lei nº 252, de 2013, de autoria do Senhor Vereador Cesar Maia.

LEI Nº 6.784, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020.

*Tomba, por seu elevado valor arquitetônico e cultural, a Cidade das Artes.*

AUTOR: Vereador CESAR MAIA

Art. 1º Fica tombada, por seu elevado valor arquitetônico e cultural, a Cidade das Artes, situada na Avenida das Américas, nº 5.300, no Bairro da Barra da Tijuca.

Art. 2º O Poder Executivo através do órgão competente, providenciará a inscrição deste tombamento no Livro de tombos de Bens Culturais do Município no prazo máximo de quinze dias, a contar da data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. No prazo previsto na legislação pertinente, o órgão administrativo notificará o Registro Geral de Imóveis, para averbação do tombamento.

Art. 3º A execução dos serviços e obras que venham a ser efetivadas em qualquer ponto da Cidade das Artes deverá ser previamente comunicada ao Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural para fins de autorização e acompanhamento técnico dos mesmos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2020.

Vereador JORGE FELIPPE  
Presidente



## Câmara Rio

a qualquer hora

CÂMARA DO RIO AO ALCANCE DAS SUAS MÃOS. Saiba tudo a respeito das Leis e Projetos de Lei que tramitam na Casa. Acompanhe entrevistas com vereadores e notícias ao vivo e assista às sessões plenárias e Audiências Públicas.





# EXPEDIENTE DESPACHADO PELO PRESIDENTE

DESPACHO:

Imprima-se.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

## AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES JORGE FELIPPE

Os Servidores da CET-RIO, através do processo administrativos de nº 01/001.393/2016, vêm solicitar à Vossa Excelência o seu apoio na transformação da CET-RIO em AUTARQUIA MUNICIPAL, pelos fundamentos narrados abaixo:

- A CET-RIO (Companhia de Engenharia de Tráfego) é uma Sociedade de Economia Mista e seu quadro pessoal é formado por 331 servidores públicos concursados e contratados pelo regime celetista (CLT).
- A CET-RIO tem como missão: "Planejar, coordenar e controlar, com os recursos da Engenharia de Tráfego, a circulação de pedestres e veículos, bem como definir a utilização dos espaços viários, objetivando a orientação, a segurança e o bem-estar da população".
- Há mais de 10 anos os servidores da CET-RIO vêm lutando pela autarquização e pela transformação de seus servidores em estatutários ocupantes de cargo público.
- **O pleito foi formalizado em 2016 através do processo administrativo de nº 01/001.393/2016.** Atualmente o processo encontra-se em tramitação na PREVI-RIO.
- Por não serem estatutários, os servidores da CET-RIO encontram dificuldades no acompanhamento de seus atos tais como: atividades relativas à mudança de circulação viária, nada opor para eventos, nada opor para obras em vias públicas, bloqueios e interdições, acompanhamento de pólo geradores de tráfego analisados, lavraturas de auto de infração de trânsito, dentre outros. **As atividades da CET-RIO estão relacionadas ao poder de fiscalização do Estado e DEVERIAM SER EXERCIDAS POR SERVIDORES ESTATUTÁRIOS. Essa situação precisa ser URGENTEMENTE corrigida pela Prefeitura, evitando-se assim ações judiciais que visam anular os atos praticados pelos servidores da CET-RIO.**
- Após a Constituição Federal de 1988, diversos Municípios do País realizaram a mudança do regime jurídico de seus órgãos de trânsito para autarquias. Com isso, seus servidores passaram a ser estatutários, como exemplo podemos citar os órgãos de trânsito dos Municípios de Fortaleza, Salvador, Recife e Manaus.

Digitalizada com CamScanner



**PONTOS POSITIVOS PARA A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO:**

Transformando a CET-RIO em uma Autarquia Municipal, o Município diminuiria consideravelmente seus custos, vejamos:

- Os servidores deixariam de contribuir para o INSS e passariam a contribuir para a PREVI-RIO.
- Fim da obrigação de contribuição mensal relativo a depósitos de FGTS.
- Descontos efetuados nos vencimentos dos servidores celetistas da CET-RIO relativos ao IR (Imposto de Renda), seriam revertidos para os cofres municipais e não da união.
- Fim das despesas judiciais junto à Justiça do Trabalho.
- Maior flexibilidade de remanejamento pessoal de acordo com a conveniência e necessidade da prefeitura. Tendo assim um maior aproveitamento da mão de obra disponível, inclusive em cargos de chefia.
- A CET-RIO passaria a ter imunidade tributária sobre o patrimônio, a renda e os serviços, conforme determina o Art. 150, § 2º da Constituição Federal. O STJ entende que a imunidade abrange, inclusive, imóveis alugados a terceiros.
- A prefeitura deixaria de arcar com os impostos relativos à Pessoa Jurídica tais como, PIS/CONFINS, ISS, IRPJ, dentre outros.
- Os bens e rendas das autarquias não podem ser usados como instrumento coercitivo de penhora como garantia do credor. A garantia passa a ser estabelecida através de precatórios judiciais, e a execução obedece a regras próprias da legislação processual;
- Os bens de uma autarquia não podem ser adquiridos por terceiros através de usucapião. Quaisquer bens públicos, seja qual for a sua natureza, são imprescritíveis. Essa orientação, aliás, está consagrada n.º 340 do STF;
- As autarquias se consideram como fazenda pública razão pelo qual, nos processos em que é parte, têm prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer (Art. 188 CPC);- estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, só produzindo efeito após confirmação pelo Tribunal, as sentenças proferidas contra autarquias e as que julgarem procedentes embargos à execução de dívida ativa promovida pela Fazenda Pública.

Digitalizada com CamScanner



**PONTOS POSITIVOS PARA OS SERVIDORES DA CET-RIO:**

Para os servidores, os benefícios da estabilidade e o enquadramento em um plano de carreira do Município seriam estímulo para uma excelência ainda maior de suas atividades. Além disso, os atos administrativos praticados pelos seus servidores não seriam questionados judicialmente tendo em vista que, atualmente, não são servidores estatutários.

**BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NA TRANSFORMAÇÃO DA CET-RIO EM UMA AUTARQUIA DE TRÂNSITO:**

Os servidores da CET-RIO querem se sentir parte do governo, colaborando cada vez mais com a prestação de bons serviços para a população carioca. Toda Autarquia possui personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, **o que facilitaria a excelência das nossas atividades e deixaria toda a população ainda mais satisfeita com a CET-RIO, que é tão querida por todos os cariocas.**

**Nós da CET-RIO somos responsáveis por manter a fluidez do tráfego em uma das cidades mais movimentada do mundo, cidade esta que recebe grandes eventos como o carnaval, réveillon, Rock in Rio, etc, onde sempre atuamos de forma eficiente e eficaz, para o bem-estar de todos os cidadãos cariocas.**

**CONCLUSÃO:**

Os 331 servidores concursados da CET-RIO contam com o compromisso de Vossa Excelência na transformação do Regime Jurídico dos servidores da CET-RIO e que, acreditando em sua eleição para ser o nosso prefeito, o pleito possa ser analisado e deferido por Vossa Excelência e por sua equipe técnica. Atualmente o processo de nº 01/001.393/2016 encontra-se na PREVI-RIO aguardando tramitação e possui as assinaturas de mais de 2/3 dos servidores da CET-RIO que apoiam a transformação da Companhia em Autarquia.

Agradecemos desde já por seus esforços pela nossa Cidade.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2020.

Digitalizada com CamScanner



DESPACHO:

Imprima-se.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE



ARY A. BRANDÃO DE OLIVEIRA  
ADVOGADO

**EXCELENTÍSSIMO JORGE MIGUEL FELIPPE PRESIDENTE DA CÂMARA  
DOS VEREADORES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

**Assunto: Audiência Pública**

**Referência: Comércio de Armas, Acessórios e Munição.**

**CONFEDERAÇÃO DE TIRO E CAÇA DO BRASIL**, pessoa jurídica situada na Av. Beira Mar, n: 200 grupo 504, Centro, Rio de Janeiro / RJ, através de seu representante legal, vem a Vossa Excelência requerer que seja designada **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para tratar de assunto de relevante valor econômico para a Cidade.

**DA REQUERENTE**

1. A Requerente é uma associação civil, de caráter exclusivamente amador e sem fins lucrativos, propondo-se a planejar, dirigir e incentivar o desporto do tiro prático, em todas as suas modalidades, entre elas: Caça, Tiro Prático, Tiro Esportivo, Tiro Tático, Paint Ball e Ar Comprimido.
2. A Confederação tem legitimidade para representar seus filiados, na defesa de direitos e interesses individuais ou coletivos, em questões administrativas ou judiciais, principalmente junto ao Exército Brasileiro, IBAMA, Ministério da Justiça e/ou DPF, Ministério dos Exportes, em todos os Órgãos Federais, Estaduais e Municipais.



**DA QUESTÃO DE INTERESSE ECONÔMICO PARA A CIDADE**

3. Em razão de legislação oriunda desta Câmara, o Município não concede alvará de licença para funcionamento a estabelecimento comercial ou industrial que se destine à fabricação ou venda, como atividade principal ou acessória, de armas de fogo e munições de qualquer calibre ou fogos de artifício.
4. O que pretendemos debater na Colenda Casa é o prejuízo que a cidade do Rio de Janeiro sofre, com danos ao seu erário, em razão de tal legislação permitir tal prática na Cidade, ao passo que em outros municípios não existe tal vedação.
5. A conclusão que se faz é que o comércio existe, o interessado adquire legalmente armas, acessórios e munições, não no município do Rio de Janeiro, mas, em outras cidades do Estado do Rio de Janeiro.
6. Portanto, a atividade de comércio de produtos controlados pelo Exército Brasileiro e Polícia Federal não sofreu restrições no entorno da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo em Niterói, Mesquita, São João de Meriti entro outro locais.
7. No caso, o atirador, filiado a Requerente, permanece adquirindo seu material esportivo, mas, não no município do RJ, mas em demais localidade do Estado.
8. Tal assunto, em nada se relaciona com índices de criminalidades, com o polêmico assunto do desarmamento, eis que a cadeia que ora defendemos existe é diariamente autorizada a adquirir não contemplando índices algum de criminalidade.
9. Ao contrário, o Município do Rio de Janeiro está sofrendo com a falta de arrecadação de tributos relativos a tal comércio, sendo claro que em todo território nacional tal proibição não existe nos grandes municípios.






**PEDIDO**

10. Isto posto, requeremos à Vossa Excelência que seja designada audiência pública, na forma regimental, com o claro objetivo de reforma e/ou revogação da Lei Orgânica que proíbe o comércio, ora citado.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2020.

  
Ary Brandão de Oliveira .  
Advogado  
OABRJ: 156.888  
VICE-PRESIDENTE CTCB

Digitalizada com CamScanner



# PLENÁRIO

**10ª LEGISLATURA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**2º Período Ordinário de Sessões**

**ATA DA 81ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,**  
**EM 15 DE OUTUBRO DE 2020.**

Presidência da Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1º Vice-Presidente.

A Presidência constata, neste momento, às 15 horas, em ambiente híbrido, que o Plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro atingiu o quórum mínimo para a abertura dos trabalhos, registrando a presença dos Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Átila A. Nunes, Babá, Carlo Caiado, Carlos Bolsonaro, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Jairinho, Dr. João Ricardo, Dr. Jorge Manaia, Dr. Marcos Paulo, Eli-seu Kessler, Fátima da Solidariedade, Felipe Michel, Fernando William, Inaldo Silva, Italo Ciba, Jair da Mendes Gomes, João Mendes de Jesus, Jones Moura, Jorge Felipe, Junior da Lucinha, Leandro Lyra, Leonel Brizola, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Major Elitusalem, Marcelino D'Almeida, Marcello Siciliano, Marcelo Arar, Paulo Messina, Paulo Pinheiro, Prof. Célio Lupparelli, Professor Adalmir, Rafael Aloisio Freitas, Reimont, Renato Cinco, Renato Moura, Tânia Bastos, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Thiago K. Ribeiro, Vera Lins, Veronica Costa, Wellington Dias, Willian Coelho, Zico e Zico Bacana. (49). Assume a Presidência a Sra. Vereadora Tânia Bastos, 1º Vice-Presidente, e ocupa o lugar de Secretário o Sr. Vereador Tarcísio Motta, a convite.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Havendo número legal, “Invocando a Deus pela grandeza da Pátria e a paz entre os Homens, dou por aberta a Sessão”.

A Presidência convida o nobre Vereador Tarcísio Motta para proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

Com a palavra, Sua Excelência.

(É lida e considerada aprovada, na forma regimental, a Ata da Sessão anterior)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereador Tarcísio Motta.

A íntegra da Ata está publicada no site da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Aprovada a Ata, dou abertura à Sessão, reiterando que, embora seja uma sessão extraordinária, nós deliberamos que os primeiros 60 minutos são para que os vereadores façam uso da palavra, com direito a cinco minutos cada um.

Passemos à Ordem do Dia.

Passa-se à

## Ordem do Dia

O SR. CESAR MAIA – Para comunicação de liderança, Senhor Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Cesar Maia, líder do Bloco Independente Por Um Rio Melhor, que dispõe de cinco minutos.

O SR. CESAR MAIA – Obrigado, Senhora Presidente.

Minha comunicação de liderança é um pequeno texto. Citando o escritor Romain Rolland, que foi Prêmio Nobel de Literatura em 1915 e cujo pensamento básico muitos políticos adotaram, “o pessimismo da inteligência não deve abalar o otimismo da vontade”.

Peço para dar como lido e que seja transcrito no Diário Oficial o seguinte texto:

“ O pessimismo da inteligência não deve abalar o otimismo da vontade!!!!”

(Ex - Blog – 14 de outubro de 2020, quarta-feira)

1. Romain Rolland - escritor francês, pacifista, prêmio Nobel de Literatura de 1915, durante a Primeira Guerra Mundial – morando na Suíça – produziu textos e realizou os contatos que pôde, no exterior, romper as barreiras que transformavam pessoas em inimigos por serem de países em guerra.

2. Stefan Zweig - em sua autobiografia, narra sua aproximação com Rolland e sua admiração. Em plena guerra, vai à Suíça para se encontrar com Rolland e intensificar os contatos entre intelectuais em defesa da paz.

3. Lenin - quando parte de trem blindado da Suíça, protegido pelos alemães interessados em desintegrar a Rússia Czarista, para finalmente chegar a São Petersburgo, convidou Romain Rolland para acompanhá-lo nessa viagem e na Rússia. Rolland agradeceu, mas disse que sua luta não poderia ter cor partidária e permaneceu na Suíça.

4. O filósofo marxista Antonio Gramsci, em seus escritos, quando estava preso, citou aquela frase de Rolland.

5. Essa frase passou a ser uma bandeira para todos os políticos que a conhecem e que em um momento de dificuldades, crise e desafios, não se deixem impregnar pelo pessimismo que toma conta de muitos intelectuais.

6. É certamente a situação do Brasil hoje.

‘ O pessimismo da inteligência não deve abalar o otimismo da vontade!!!!’ ”

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereador Cesar Maia.

Pela ordem, o nobre Vereador Prof. Célio Lupparelli.

O SR. PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, boa tarde!

Eu gostaria de ler um texto em alusão ao Dia do Mestre, hoje, dia 15 de outubro. Peço para dar como lido e que seja transcrito no Diário da Câmara Municipal o seguinte texto:

“O Direito à Educação como Direito Fundamental de Justiça Social e a Valorização profissional dos Professores.

A Educação é algo imprescindível à formação do indivíduo, pois ela é a ferramenta para o alcance de uma vida melhor, com mais dignidade, além de promover o acesso à cidadania e ao cumprimento de direitos e deveres é um vetor fundamental na busca da justiça social, visto que todos merecem um lugar de respeito na sociedade, e a educação é o mecanismo capaz de transformar a sociedade e de proporcionar a todos mais igualdade de oportunidades, além do desenvolvimento pessoal e profissional na busca da felicidade.

Para combater a desigualdade, que sempre fez parte da sociedade brasileira, a Constituição Federal de 88 consolidou o art. 205, que trata do direito à educação. Entretanto, para que os indivíduos tenham esse direito resguardado é necessário que se faça cumprir o que a lei estabelece, tendo





em vista que não se pode alcançar o desenvolvimento humano e social quando a educação não é acessível a todos.

Está definido na Constituição da República do Brasil: ‘A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho’.

Nesta esteira, entende-se que a educação como direito assegurado na Lei Maior deve ser considerada essencial ao desenvolvimento do indivíduo. Logo, para que se possa ter acesso à cidadania, bem como a direitos e deveres, é necessário o pleno e constante acesso a todos os níveis de educação.

O art. 205 da Constituição Federal, repito, contém uma declaração fundamental que, combinada com o art. 6º, eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem. Aí se afirma que a educação é direito de todos, com o que esse direito é informado pelo princípio da universalidade.

Nesta toada, subentende-se que o direito à educação pode ser considerado com parte dos direitos fundamentais, já que se trata de algo indispensável ao alcance da dignidade humana, tendo por base o princípio da universalidade, sendo, portanto, um direito universal de que o Estado não pode tolher o indivíduo e este, por sua vez, não dispor, tratando-se este de um direito indisponível.

O tratamento dado ao direito à educação na Carta Magna de 88 o conforma como direito subjetivo da pessoa humana e, como tal, torna-se exigível a sua ampla e irrestrita efetividade. Ou seja, para que o direito à educação atinja a sua real finalidade, é preciso que sua aplicação seja eficaz no sentido de oferecer eficiência, para que o mesmo seja realizado através do total e livre acesso.

Assim, o Estado como titular dessa obrigatoriedade deve oferecer mecanismos para que o acesso à educação seja eficaz, de forma que todos possam usufruir de tal direito, pois não se pode apenas viabilizar a educação a alguns em detrimento de outros. Portanto, o Estado deve criar ferramentas que viabilizem o acesso à educação a todos os indivíduos, sem distinção, de forma a possibilitar a inclusão social, o desenvolvimento e o alcance da justiça social e da plena felicidade.

A educação contribui para que as crianças, os adolescentes, os jovens, os homens e as mulheres saiam da pobreza, seja pela sua inserção no mercado, no mundo do trabalho, seja por possibilitar a participação política em prol da melhoria das condições de vida de todos. Também contribui para evitar a marginalização das mulheres, a exploração sexual e o trabalho infantil. Possibilita o enfrentamento de discriminações e preconceitos, entre muitos outros exemplos.

Percebe-se, pois, que só se constrói uma grande nação investindo-se na educação, fator de libertação, de justiça social e de felicidade.

Concluindo, Senhora Presidente, o professor é, sem dúvida, o grande pilar da educação escolar. Por isso, hoje, dia 15 de outubro, o Dia do Mestre, deve ser registrado com o Dia da Cidadania, o Dia da Libertação, o Dia da Promoção da Justiça Social, o Dia da Felicidade. Qualquer política de liberação e de promoção de justiça social passa pela valorização profissional dos professores.

Parabéns a todos os mestres! Salve 15 de outubro!”

Muito obrigado, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Cesar Maia.

O SR. CESAR MAIA – Muito obrigado, Presidente.

Hoje, Dia do Mestre, Dia do Professor, é um dia que nos exige reflexão e, por muitos anos, muita luta. Sou professor, filho de professores – meu pai e minha mãe. E estou nessa luta há muitos anos.

Quando fui prefeito, procurei tomar as decisões que fortalecessem a educação e o magistério. Talvez a principal tenha sido em 1993, quando, seguindo Darcy Ribeiro, que era o relator da Lei de Diretrizes de Bases, eu trouxe a educação infantil, de assistencial, para a Secretaria de Educação, incluindo e integrando inteiramente.

No Brasil, hoje, nós temos 2,6 milhões de professores. Sendo que 2,2 milhões estão no ensino básico. Desses, 1,7 milhão, ou 77%, são da rede pública. No nível superior tem quase 300 mil, sendo que 54% são da rede privada. Acho que é uma questão de consciência: quando se vê um governo colocar a Educação em segundo plano a gente pode garantir que esse governo fracassou e ainda vai levar ao fracasso os governos seguintes.

Nós, no Rio de Janeiro, estamos vivendo um momento difícil, complicado, em que, infelizmente, a Prefeitura, o prefeito, não entendeu ainda a prioridade da educação. As escolas, os professores, enfim, estão largados de qualquer jeito. Mas é também um momento de reflexão, como eu disse, e de otimismo. Temos a eleição, que, certamente, vai nos conduzir a um caminho muito melhor do que o caminho atual. Tenho absoluta certeza disso. E olhe que são muitos anos.

Em 15 de março de 1827, o Imperador Dom Pedro I, por lei, determinou que as aldeias e vilas tinham que ter uma escola cada uma delas. Foi uma influência dos formados na Universidade de Coimbra. Depois tivemos um ciclo longo, em que pouco ou nada se fez. Até que veio Pedro Ernesto. Pedro Ernesto foi um grande prefeito para a área de Saúde e para a área da Educação, construindo escolas, priorizando, inclusive, o ensino superior. Para não ficar em prefeitos no meio do caminho, vou citar direto Darcy Ribeiro, claro, no Governo Brizola, que criou os CIEPs, Centros Integrados de Educação Pública, e depois, como relator da Lei de Diretrizes e Bases, realizou um trabalho extraordinário, sobre o qual todos nós estamos operando, estamos refletindo e continuamos a trabalhar.

Essa é a situação que nos dá otimismo: quando surgem grandes líderes que têm a educação como sua maior prioridade. Citei Pedro Ernesto, citei Darcy Ribeiro, enfim, outros que estão aí ou que virão. Tenho convicção de que vamos caminhar. É a convicção daquela decisão que Darcy tomou, e que eu copieei, pois fui o primeiro prefeito no Brasil a transferir a educação infantil da área assistencial para a área educacional, para a Educação. Fui orientado pelo Darcy e pela Professora Regina de Assis, que era minha Secretária de Educação. Tenho consciência de que lutando pela educação, como estudante na universidade, depois lutando pela educação como político, como deputado, depois uma vez como prefeito, me integrando e lutando junto com o magistério, e buscando realizar aquilo que fosse o melhor para o magistério, garantindo sua base salarial, introduzindo elementos de agregação, como a carta de crédito, como o plano de saúde. Tenho certeza de que fiz o que podia fazer. E se não podia fazer mais, é porque, claro, vivíamos, e vivemos a situação em que estamos vivendo, mas se fez, se avançou, e agora se está regredindo. É necessário que essa eleição nos aponte caminhos com lideranças nesta Câmara de Vereadores, com liderança no prefeito, e que se avance, que se avance e se chegue a um porto seguro no Brasil e, portanto, por meio da educação. Senhora Presidente, era isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Boa tarde, Presidente. Boa tarde aos vereadores e vereadoras, funcionários da Câmara, àqueles que nos assistem por todas as redes que estão funcionando neste momento.

Eu queria, evidentemente, que o dia de hoje... Já tivemos dois discursos importantes, o do Prof. Célio Lupporelli e do professor Cesar Maia, outros mais virão. Eu queria parabenizar os professores que trabalham na Casa, tanto vereadores quanto professores que trabalham na Casa em outras funções, e queria parabenizar todos os profissionais da educação, os mestres, os professores de todos os outros que trabalham na área da educação.

Um agradecimento eu queria deixar: muito obrigado, muito obrigado a todos vocês que trabalham na área da educação, profissionais da educação e mestres que mantêm vivo o legado de uma educação pública de qualidade, crítica e emancipatória. Nós temos muita dificuldade, hoje, como já foi dito anteriormente, de enfrentar esse problema de educação no Rio de Janeiro. A Cidade do Rio de Janeiro, estamos em pleno momento eleitoral, mostra claramente isso: problemas gravíssimos. E como o resto de outras políticas do atual governo, nada, nada em relação à educação que pode se aproveitar.





Então, eu queria aproveitar esse momento para agradecer a todos aqueles que estão tentando, que estão lutando, que estão trabalhando por uma educação melhor no nosso país, principalmente no nosso estado, no nosso município. Profissionais de educação que lutam tanto, que tanta injustiça têm sofrido de governos seguidos, hoje é um dia que nós temos para homenageá-los e agradecer por vocês não terem desistido da luta até hoje, não terem desistido de lutar por uma educação de qualidade.

Nomes importantes já foram citados: Paulo Freire, Darcy Ribeiro, tantos nomes importantes, mas tantos outros que não são citados, mas que têm a mesma importância, que fazem o seu trabalho lá na ponta do sistema, na beira, na escola, na porta da escola, na sala de aula. A todos vocês, o nosso muito obrigado!

Além de homenagear os professores, eu quero fazer, no resto da minha explanação, um discurso, e vou repetir a cobrança que vou fazer agora no horário seguinte, pela ordem. Eu quero me dirigir ao Líder do Governo nesse momento, que é o nosso colega Vereador Dr. Jairinho. Eu queria pedir ao Dr. Jairinho que pudesse nos ajudar, a todos, para tentarmos resolver um problema gravíssimo, gravíssimo que acontece no momento. Eu me refiro aos profissionais de saúde que trabalham na RioSaúde, uma empresa municipal que está sendo tão citada por todos os candidatos. Todos, do atual prefeito aos seus adversários, estão falando tanto também da RioSaúde. Eu queria dizer, Vereador Dr. Jairinho, que o senhor nos ajude.

O que acontece? Hoje, a RioSaúde aumentou muito o seu controle na cidade. Hoje existem mais de 300 unidades de saúde na cidade, das quais 120 estão sob o comando da RioSaúde. São mais de 17 mil profissionais de saúde, profissionais administrativos que trabalham na RioSaúde. Todos da área da saúde, todas as funções, do médico ao funcionário de menor salário, todos trabalham por uma saúde pública de qualidade. Mas estão sofrendo uma grave injustiça da atual Prefeitura. Eles estão há dois meses, Dr. Jairinho, sem receber o vale-alimentação.

A RioSaúde está se transformando numa secretaria de saúde, é uma decisão do atual governo, que não cabe aqui a discussão, mas não parece ter estrutura para aguentar isso. Dois meses que o cidadão está tirando do seu salário para comer no trabalho, um direito do servidor da saúde, um direito desse servidor – esse servidor da RioSaúde é selecionado, faz concurso. Desses 17 mil, quase 4.000 são contratados de forma definitiva; outros são contratados de forma temporária, mas todos têm esse direito. E nós precisamos que alguém ouça isso porque eles estão sendo enrolados a todo momento. É um problema grave.

Hoje, a Rio Saúde domina as áreas 5.1, 5.2, que é Bangu, Campo Grande; a área 2.1, a área 3.1 e a área 3.3. Em todas essas áreas da Cidade do Rio, os profissionais – médico enfermeiro, agente comunitário, técnico de enfermagem, funcionário administrativo, agentes administrativos –, todos que trabalham não deixaram de trabalhar e estão sem receber o seu vale-alimentação. Outros funcionários que trabalham indiretamente, terceirizados pela RioSaúde – os porteiros, por exemplo. Existe uma empresa chamada Romana que não paga há dois meses o salário deles, não é mais alimentação, não paga o salário aos porteiros, essenciais nessas unidades.

Eu quero fazer um apelo, em nome de todos esses profissionais que continuam trabalhando, mas que não podem suportar mais setembro e outubro sem receber o seu vales-alimentação e outros sem receber o seu salário. Tudo porque a RioSaúde não consegue cumprir a sua obrigação que é dar o vale-refeição e é pagar o salário.

Os problemas já foram indicados, mas nenhum deles parece ter solução por meio do governo. Eu quero pedir, então, ao Vereador Dr. Jairinho que nos dê uma luz em relação a isso. E vou fazer novamente esse pedido durante o horário normal.

Parabéns aos professores e parabéns a esses funcionários que estão trabalhando sem comida e sem salário.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Senhora Presidente Tânia Bastos, senhores vereadores, senhoras vereadoras, trabalhadores desta Casa que

nos auxiliam nesta sessão híbrida e todos aqueles que nos assistem pela Rio TV Câmara, pelas redes sociais, boa tarde.

Educador tem mania de futuro. Quando a gente decide ser professor, ser profissional da educação, ser educador, normalmente a gente faz isso carregado de esperança. Quando a gente se imagina naquele lugar na frente de uma turma de crianças, de jovens, de adultos, a ensinar Português, Matemática, Artes, História, Geografia, Ciências, Educação Física, a gente normalmente está carregado de uma expectativa de vida de que a gente vai ajudar aquelas crianças a descobrirem o mundo, a gente vai ajudar aquelas crianças, aqueles jovens a entenderem como o mundo funciona, a se colocarem melhor no mundo, a transformarem o mundo em um lugar melhor.

Normalmente quem decide ser professor se imagina desta forma. É por isso que a gente diz que professor, educador tem mania de futuro, porque todo professor quer plantar sementes no presente que possam frutificar no futuro.

O professor é, portanto, alguém inconformado com a realidade. Ninguém é professor porque diz assim: “Ah, vou ser professor porque quero ser rico na vida”. Mas todo mundo quer ser professor para exercer com dignidade a sua função, sua profissão. Por isso ser professor – e eu sou professor, estou vereador neste momento –, ser professor, ser educador – porque também incorpora aí os secretários escolares, porteiros, merendeiras, inspetores, todos os outros professores – é uma profissão que traz muita alegria.

Quando a gente fecha a porta da sala de aula e dá uma aula que encaixa, em que os alunos ficam interessados ou quando a gente está em uma feira de ciências, em uma feira literária, em uma competição, em uma olimpíada interna de uma escola; quando a gente vê os alunos apresentarem uma apresentação cultural que eles pensaram, aquilo é um momento mágico. É um momento importante porque é a descoberta do conhecimento, da vida.

Mas ser professor também é uma profissão que muitas vezes também traz frustração, traz indignação, traz raiva. E traz a raiva muitas vezes por não conseguir exercer plenamente aquilo que se sonhou quando se decidiu ser professor.

Quando a gente está diante de escolas que muitas vezes não têm água, quando a gente está diante de salas de aula superlotadas onde não dá para a gente sequer dar a atenção que o aluno merece, quando a gente tem que se desdobrar tendo duas, três matrículas e mais duplas e triplas jornadas e não dá tempo nem de corrigir a prova; quando a gente não consegue planejar uma aula, quando a gente sabe que devia entender melhor e ler um texto mais novo sobre um assunto para poder dar uma aula melhor, quando a gente não consegue ter tempo de pensar aquela dinâmica que pode ter mais atenção para o aluno; quando a gente se depara com uma escola que não tem estrutura, quando a gente percebe que a escola não tem mais funcionários, quando a gente vê um colega nosso de profissão desistindo de ser professor. Isso é angustiante, isso é frustrante, muitas vezes. É por isso que a gente diz que ser professor e não lutar é uma contradição pedagógica, é uma contradição de vida, porque todo professor, quando ele está se sentindo angustiado, é porque ele não consegue fazer aquilo que ele sonhou para a sua vida. E aí a gente tem, por exemplo, situações como a tal síndrome de burnout, a síndrome da desistência entre professores, porque diante de governos que retiram as condições para que os professores e educadores exerçam o seu trabalho, muitas vezes é uma sensação difícil de lidar.

Um autor francês, Pierre Bourdieu, diz que nesse estado neoliberal que a gente vive a mão fiscal do Estado está sempre segurando a mão social, e os profissionais que estão na ponta da mão social, e os professores são parte deles, sentem-se frustrados por terem seguros aquilo tudo de potência que eles investiram nas suas vidas. Professor demora muito para se formar, estuda, estuda, estuda e quer ver as suas crianças brilharem. Isso às vezes é tão difícil! Mas eu quero falar hoje aos professores que seguem alegres, felizes e satisfeitos com a sua profissão, quero falar hoje aos professores que seguem angustiados, indignados, quero falar hoje aos que lutam, quero falar até aos que já desistiram: não desistam.

Professor tem mania de futuro. A pandemia mostrou que os desafios nossos são enormes, que não há protocolo que resolva falta de estrutura.





Não desistam. Tenhamos esperança. Não a esperança de quem espera que as coisas caiam, mas como diz Paulo Freire, a esperança do esperar, do ir atrás, do ir à luta. Tenham esperança, não desistam. Feliz dia do educador! Educador tem mania de futuro. Onde aqueles do ódio querem revólver, nós queremos livros, lousas, giz, onde eles querem Carlos Brilhante Ustra, nós queremos Paulo Freire, nós queremos amorosidade, diálogo, vida. Um viva a todos os educadores! Um viva à escola pública!

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, a nobre Vereadora Teresa Bergher.

A SRA. TERESA BERGHER – Boa tarde, Senhora Presidente, senhores vereadores, funcionários desta Casa e todos aqueles que nos assistem.

Após ouvir o pronunciamento do querido colega Vereador Tarcísio Motta, eu acho que não há nada a acrescentar ao que representa o nosso professor, o nosso mestre e as suas dificuldades no seu dia a dia, a sua revolta, as suas frustrações, as suas alegrias, o seu êxito. Mas eu também não poderia deixar de manifestar aqui o meu agradecimento, sim, a todos os mestres que tanto fazem pelo crescimento do nosso país, que tanto se dedicam e dizem, sim, que eles são os nossos grandes heróis anônimos. Apesar de todas as dificuldades, raríssimas vezes eu vejo um professor desistir da sua nobre missão. Então, meus parabéns a todos os professores. Também sou professora. Eu me associo neste dia a todas as suas alegrias, a todas as suas tristezas e à certeza de que o mais importante é nunca desistir, continuar na sua luta, continuar estimulado apesar de todas as dificuldades.

Agora, Senhora Presidente, eu gostaria especialmente de falar sobre um assunto que foi notícia no Jornal O Globo de ontem. Aqui, nesta Casa, que temos uma Comissão de Meio Ambiente, que temos uma Comissão de Cultura, nesta Casa, que já realizou uma audiência pública lá atrás, antes do início das obras no memorial em homenagem às vítimas do holocausto, quando estava em um processo inicial no Pasmado, eu quero dizer o seguinte, senhores vereadores e Senhora Presidente, especialmente, todos que me assistem: a matéria que saiu ontem no O Globo, na verdade, não corresponde à realidade dos fatos. Por que é que ela não corresponde? Porque a matéria fala que o Memorial, a área ocupada pelo Memorial, desmatou, enfim, que criou um dano enorme ao meio ambiente. Não é verdade.

A área ocupada pelo Memorial é lá no alto, onde tinha aquele mirante maravilhoso, e vai continuar tendo. Eu acho até que seria muito bom que os senhores vereadores, todos, visitassem o local e vissem como vai ficar, um ambiente realmente aprazível, e que vai dignificar ainda mais a nossa tão linda cidade.

Era um local degradado, e passará a ser um local público a ser frequentado por qualquer cidadão do Rio de Janeiro, e eu posso até dizer que foi um grande presente da iniciativa privada para a cidade! Não entrou absolutamente nenhum centavo de dinheiro público, dinheiro da Prefeitura!

Houve, sim, a cessão de uso local pelo senhor prefeito. Antes, essa cessão de uso tinha sido dada para que ali funcionasse uma churrascaria.

Eu acho que a cidade se beneficiará mais com um memorial às vítimas do Holocausto do que com uma churrascaria. De qualquer maneira, o que eu preciso esclarecer é que o Memorial, absolutamente, não tem nada com esse desmatamento que realmente existiu, sim, Senhora Presidente! Infelizmente, o senhor Prefeito Crivella inventou uma trilha que, absolutamente, não estava no projeto do Memorial às vítimas do Holocausto! Inventou uma trilha na direção de Botafogo, em cima de uma policlínica que existe ali embaixo. E o resultado está aí.

Então, com muita revolta, eu quero também manifestar aqui a minha indignação, porque sempre me posicionei contra esta iniciativa de fazer uma trilha naquele local e ainda mais com a tapeação de que seriam ali plantadas centenas de oliveiras, tamareiras, que chegariam do Oriente Médio!

Quando foi anunciado pela imprensa, foi porque já estariam sendo plantadas. Ali, as plantas têm que ser da nossa Mata Atlântica! Tamareiras, oliveiras, não são para aquele solo! Portanto, é tudo uma mentira, mas o que me revolta é ter que vir aqui e admitir que houve um desmatamento, sim, e que o senhor Prefeito corria a Secretaria de Meio Ambiente. Claro,

com a cobrança do senhor Prefeito, possa voltar a reconstruir tudo aquilo e fazer um novo plantio, porque é lamentável o que aconteceu, não no Morro do Pasmado, mas na parte em direção a Botafogo.

Era isso o que eu tinha a dizer. Está dado o meu recado.

Muito obrigada, Senhora Presidente; muito obrigada, senhores vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Boa tarde a todos e todas.

Dia 15 de outubro, Dia dos Professores! Hoje é dia de luta! A educação vem sendo espoliada e perseguida por Bolsonaro, Witzel, Crivella e Rodrigo Maia, com seu projeto de reforma administrativa, que é um novo macarthismo no nosso país! Perseguir aqueles que pensam a liberdade do pensamento: a escola laica, democrática, pública – a escola do povo! A prática é o exercício da verdade!

Mas o que me traz aqui, hoje, senhoras e senhores, é uma denúncia gravíssima que eu venho recebendo dia após dia. Mais de 270% foi o aumento da intolerância religiosa no Rio de Janeiro, depois que o Crivella assumiu a sua Prefeitura! E todas elas de religiões de matriz afro!

O clima de intolerância e ódio que hoje estamos vendo no país é algo inacreditável! Vestiu-se, no país, ao longo dos últimos anos, uma campanha sistemática contra as religiões de matriz africana! E isso é produto do racismo estrutural da sociedade brasileira e também fruto de uma propaganda brasileira e também fruto de uma propaganda sistemática feita por setores evangélicos fundamentalistas, os quais, inclusive, eu venho denunciando nesta Casa. Venho denunciando dentro desta Casa. Basta ver o slogan do Prefeito Marcelo Crivella, o moço de recado, porque o dono da boiada é o Edir Macedo: “Aleluia! Aleluia! A guerra continua!”

Ora, isso nada mais é do que o segundo livro depois da Bíblia para Igreja Universal, “Orixás, Caboclos e Guias – Deuses ou Demônios?” no qual o Edir Macedo declara guerra às religiões de matriz africana. Isso está comprovado no slogan dele. Deveria ser inaceitável numa democracia esse slogan. Onde vamos parar? Teremos uma guerra religiosa no país? Porque é isso que Edir Macedo quer, quando ele declara guerra às religiões de matriz africana claramente. E é isso que, sistematicamente, eu venho denunciando aqui dentro desta Casa.

É isso que nós chamamos de democracia? Acabo de receber! É um vídeo de um terreiro de candomblé todo pichado com desenhos de uma suástica e grupos religiosos gritando “Crivella é 10! Crivella é 10! Vamos tirar o demônio que aí está!” É essa a sociedade que queremos para nós? Uma sociedade intolerante que estimula o ódio e o preconceito?

Minha voz vai sempre se erguer aqui contra qualquer projeto político-religioso que queira destruir o que de mais bonito tem o Brasil que é justamente a nossa diversidade cultural. Mas, essa casa que, hoje, na Baixada, foi agredida e pichada, onde se realizam cultos de matriz africana, que foi covardemente atacada, quero dizer que isso é vergonhoso, é desprezível. Temos que denunciar e combater essas manifestações de ódio. Hoje é a pichação, e amanhã? Será que teremos a fogueira nas praças públicas? Já estão queimando livros! Vamos ver o quê? Veremos as fogueiras nas praças públicas como acontecia na inquisição? Os autores desse absurdo não passam de canalhas!

Quero agradecer à Mãe Sindoá que me mandou esse vídeo. Enquanto eu estiver nesta Casa, quero dizer que não me calarei diante de uma ação criminosa como essa. Quero dizer ainda mais: Estou sendo perseguido nesta Casa! De maneira leviana, me colocaram na Comissão de Ética justamente por denunciar a ratoeira de Edir Macedo e da Igreja Universal a que chamo de multinacional reino do dinheiro! Por quê? Porque não me surpreende essa falcatura do Crivella envolvendo bilhões! Não me surpreende, vereadores! Não me surpreende que me colocaram na Comissão de Ética justamente por eu denunciar, aliás, um Vereador milionário que guarda milhões debaixo do colchão. Dinheiro esse que tenho certeza de que não saiu da sacristia. Claro! Não me surpreende essa falcatura de Crivella, porque a essência da igreja multinacional reino do dinheiro” é a enganação! É uma manipulação! É uma trambicagem da fé! É uma maneira de tirar dinheiro do pobre prometendo-lhe uma vida melhor na teologia da prosperidade. Ou seja,



na teologia da prosperidade, o paraíso pertence ao dono da igreja e não aos devotos que permanecem pobres! Basta ver como os vereadores da Igreja Universal votam para os pobres ficarem mais pobres. Quanto mais o povo fica pobre, mais rico fica Edir Macedo, dono de uma fortuna de um bilhão de dólares. Ou seja, a igreja, além de manipular, trabalha, no Executivo e no Legislativo, para o pobre ficar cada vez mais pobre e, dentro da caridade, criar a ilusão de que ele pode prosperar dando o dízimo, mas, dando o dízimo do sacrifício, do dinheiro que ele teria para comprar o caderno do menino para estudar.

Essa é a trambicagem da fé! Deus ama todo mundo! Mas, para Edir Macedo, só ama se você der o dízimo. Meu não rotundo a essa intolerância estabelecida na Prefeitura de Marcelo Crivella, o moço de recado, porque o verdadeiro dono da boiada é Edir Macedo.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Reimont.

O SR. REIMONT – Senhora Presidenta Vereadora Tânia Bastos, senhores vereadores, vereadoras presentes aqui no Plenário da Câmara Municipal, seja na forma presencial, seja na forma a distância, queridos trabalhadores da Câmara Municipal, queridas trabalhadoras, queridas e queridos que nos acompanham pelo YouTube da TV Câmara e pela própria Rio TV Câmara.

Quero hoje fazer uma saudação muito especial aos meus colegas de profissão, professores e professoras, e salientar esse labor tão importante, esse trabalho tão importante que é o de condução da educação. Trabalho de promover na cabeça e no coração de meninos e meninas, de estudantes em todos os cantos do mundo – e, no nosso caso aqui na Cidade do Rio de Janeiro – o desejo sincero de compreender melhor o mundo para colocar-se nas trincheiras de transformação dele próprio.

A educação é ferramenta... – nós poderíamos, talvez, colocar o artigo definido –, é a ferramenta mais importante que temos para transformar a realidade caótica em que vivemos. Se tomarmos a educação do Rio de Janeiro, nós sabemos que ela deixa muito a desejar porque desrespeita trabalhadoras e trabalhadores, que não cumpre com sua função constitucional de cuidar da educação de nossas crianças, de nossos filhos, dos cidadãos e cidadãs da Cidade do Rio de Janeiro.

Nós tivemos na Secretaria de Educação do Governo de Crivella dois secretários: o Secretário Benjamim e a Secretária Romero. Tivemos, em nível federal, já quatro ministros da educação. A luta em Brasília para a aprovação do Fundeb. E até hoje essa queda de braço do governo querendo tirar dinheiro da educação. Diz que vai tirar dinheiro da educação para fazer o trabalho assistencial e social e, depois, há uma reação da sociedade, ele volta atrás, mas daqui a pouquinho, ameaça de novo. É um descaso total com educadores e educadoras, um descaso total.

Nós, que compreendemos a nossa luta e, portanto, a importância de se discutir a educação nesta Casa, sabemos da importância que é defendermos aqueles e aquelas que, no seu dia a dia, se estabelecem, se colocam, se dirigem aos lugares mais diversos da nossa cidade. Nós temos uma rede de educação que é, em número de escolas e de alunos, uma rede enorme, com 1.542 escolas, 650 mil estudantes, quase 70 mil trabalhadores da educação. E temos denunciado, desde 2009, quando cheguei à Câmara Municipal, que o art. 212 da Constituição Federal estabelece que, no mínimo, a educação tem que ter um orçamento de 25% dos recursos próprios da Prefeitura. Sempre houve uma manobra contábil, sempre houve para que se aprovassem no Tribunal de Contas e, depois, na própria Câmara Municipal, as contas dos prefeitos que não cumpriram os 25% constitucionais da educação, que é mínimo.

A Constituição, no art. 212, diz: “mínimo constitucional: 25%”. A luta para restabelecimento do Fundeb; quanto recurso para folha de pagamento dos trabalhadores da educação, a luta que tivemos, e ainda temos, contra os recursos da educação sendo usados para pagar trabalhadores da educação que já se aposentaram e que deveriam estar recebendo não da Fonte 100 da Educação, mas do PreviRio, do Funprevi, do fundo de previdência para o qual contribuíram durante sua vida laboral.

Há muito o que fazer. Quero aqui, cumprimentando professoras e professores, agradecê-los por terem escolhido essa profissão tão importante, tão fundamental; profissão essencial para a gente conviver neste mun-

do e ter a tarefa cotidiana, diuturna, de transformar a realidade em que vivemos.

Nós lutamos aqui, há poucos anos, quando discutimos a questão do Plano Nacional e depois o Plano Municipal de Educação. Estive em todas as conferências nacionais de educação, nos fóruns locais; nas cidades, no estado, depois Brasília. Em 2010, estivemos em Brasília para fazer a discussão da Conferência Nacional de Educação, das metas que vieram depois no Plano Nacional e Municipal de Educação. A meta 4, que fala, por exemplo, da tentativa da terminalidade, foi uma luta que nós levamos, inclusive, para o Ministério Público, pois diziam que o menino que não conseguisse aprender até os 17 anos seria expurgado da rede municipal de educação. Esta é uma luta permanente que nós temos na cidade.

Mas, para não destoar e não fazer desse dia apenas um dia de crítica – e elas existem –, faço um agradecimento, uma reverência, às educadoras e educadores que doam sua vida, que lutam por uma educação de qualidade, por um lugar ao sol, por seus direitos garantidos na Cidade do Rio de Janeiro.

Então, meu abraço, professoras. Meu abraço, professores. Estamos juntos na luta, continuaremos firmes para defender a educação pública, laica, de qualidade, para todas e para todos. Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Obrigada, Vereador Reimont.

Pela ordem, o nobre Vereador Renato Cinco.

O SR. RENATO CINCO – Obrigada, Senhora Presidente.

Boa tarde, senhores vereadores, senhoras vereadoras, senhores e senhoras.

“Neste mundo, há lugar para todos. A Terra, que é boa e rica, pode prover todas as nossas necessidades. O estilo de vida poderia ser livre e belo, mas nós perdemos o caminho. A ganância envenenou a alma do homem, criou uma barreira de ódio e nos guiou no caminho do morticínio e sofrimento.

Desenvolvemos a velocidade, mas nos fechamos em nós mesmos. A máquina, que produz abundância, nos deixou necessidade. Nosso conhecimento nos fez cínicos; nossa inteligência nos fez cruéis e severos. Pensamos demais e sentimos muito pouco. Mais do que máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de gentileza e bondade. Sem essas virtudes, a vida será violenta e tudo será perdido.”

Essas palavras tão bonitas, evidentemente, não são minhas, mas o dia 15 de outubro, por uma feliz coincidência, é também, além do dia dos professores e das professoras, o aniversário de uma das mais belas obras do cinema mundial, que é o filme “O grande ditador,” de Charlie Chaplin.

E hoje, 15 de outubro de 2020, faz 80 anos da primeira vez que a humanidade conheceu essa cena aqui. As palavras que eu falei são um pedacinho do discurso do barbeiro judeu, interpretado por Charlie Chaplin, que, confundido com o ditador Hynkel, conseguiu pronunciar um discurso que encerrou com a guerra e trouxe oportunidade de liberdade novamente para o mundo.

É triste que, 80 anos depois, esse filme do Charlie Chaplin fale tanto sobre a nossa realidade. É triste constatar que temos muitas diferenças no mundo, 80 anos depois, e que todos nós nos sentimos ameaçados pelo ódio, pelo medo, pela intolerância. É muito importante a gente lembrar que, há 80 anos, o mundo parecia com muito menos esperanças, até do que ele tem hoje. E aqueles inimigos terríveis foram derrotados.

Hoje, a extrema direita governa o Brasil. E, se há muitas diferenças entre a extrema direita de hoje e a extrema direita do passado, há também muitas semelhanças. E uma dessas semelhanças é a luta para massacrar qualquer tipo de pensamento divergente. E, o terreno dessa luta, também, acontece na educação.

O Movimento Escola Sem Partido é claramente de inspiração fascista, porque partido são as partes da sociedade. Esse nome é muito mais antigo do que os partidos políticos modernos. Ele vem da Roma antiga. É a tradição de a gente entender que a sociedade é formada por grupos de interesses diferentes, que se organizam nos seus partidos, formais ou não. Escola sem partido quer dizer escola sem partes. Quem pensa uma





sociedade sem partes, sem pluralidade, sem divergência, é quem pensa numa sociedade totalitária. E, aí, não pode ter partido. Porque o que tem é o todo. Qual o todo? A minha opinião! O meu partido! A minha parte se impondo sobre todos os outros.

Também vivemos concretamente a ameaça do Programa Nacional de Militarização de escolas públicas. Querendo, aí sim, instituir uma escola doutrinadora com professores sob assédio moral permanente, incapazes de exercer liberdade pedagógica nas suas salas de aula. Porque serão selecionados a dedo pelos prefeitos os professores mais capazes de se submeter à doutrina positivista das forças armadas brasileiras.

E, agora, a proposta do Presidente Bolsonaro de utilizar verbas do Fundeb para financiar escolas religiosas. As verbas públicas têm que ser para escolas públicas. E jamais – jamais! – podem ser utilizadas para financiar doutrinação religiosa nas escolas. E, assim se desmascara totalmente o discurso de que o governo Bolsonaro é contra a doutrinação.

Partido único, escola sem partido, militarização das escolas, dinheiro para escolas religiosas: toda uma estratégia para tentar massacrar qualquer tipo de resistência a esse projeto totalitário na educação.

Senhores vereadores, senhoras vereadoras, prestem atenção: o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial só foram possíveis porque o partido nazista teve seis anos para interferir na educação dos jovens na Alemanha. E, nesses seis anos, formaram as bases que promoveram o massacre da Segunda Guerra Mundial. Não podemos permitir que o fundamentalismo evangélico e a extrema direita – viúva da ditadura militar – formem os corações e mentes da nossa juventude.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência franqueia a palavra. Com a palavra franqueada, o nobre Vereador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Senhora Presidenta, senhoras e senhores vereadores, fazendo só uma relação do que representa a tragédia do Governo Bolsonaro em seguir e se ajoelhar ao governo americano de Donald Trump.

Vamos fazer uma seguinte questão: em 1994, os Estados Unidos pressionaram a criação da Organização Mundial do Comércio. Pois bem. Os Estados Unidos... E fizeram pressão para a China entrar em 2001. Como os Estados Unidos se sentiram no comando do mundo, não é? A OMC trabalhou para promover seus interesses. E, agora, que a economia chinesa faz um boom no seu parque tecnológico de investimento, não é? Com o fortalecimento da classe trabalhadora, os Estados Unidos consideram as regras da Organização Mundial do Comércio pesadas. Ou seja, o livre comércio só é útil para os Estados Unidos, não para os outros; quando é benefício para suas empresas, o princípio do livre comércio é facilmente rejeitado. Agora, quando os Estados Unidos colocariam impostos em mais de 200 bilhões, para fazer em cima dos produtos chineses, ou seja, foi perseguição atrás das empresas chinesas, inclusive de tecnologia, como vimos na questão do TikTok, só que não funcionou bem. Inclusive, foram rechaçadas pela própria Organização Mundial de Comércio. Ou seja, a Organização Mundial de Comércio condenou os Estados Unidos por violar disposições do acordo geral sobre tarifa e comércio de 94. Segundo o próprio FMI.

E eu não estou falando de um mecanismo comunista, bolivariano como os tresloucados picaretas bolsonaristas, pernósticos que tem aí, que existem aqui na Câmara de Vereadores. A China tem um crescimento de 3,2 do seu PIB acima do nível do ano passado, e os Estados Unidos têm uma queda de 9% do PIB abaixo do nível do ano passado, antes da pandemia. Ou seja, a China já está se recuperando enquanto os Estados Unidos ainda nem sabem se a infecção do coronavírus atingiu o pico ou não. A produção industrial da China, o valor agregado, teve um aumento de 5,6%, maior do que o ano anterior, 2019, antes da pandemia, e os Estados Unidos tiveram 7,7%, menor inclusive do que o ano interior. A decadência do império americano pelo Trump. Ou seja, o próprio FMI já declarou que 2020/2021, a China será responsável pela maior e a maioria absoluta, 51% do crescimento mundial. Os Estados Unidos não conseguem chegar a 1%. O que cresce é o comércio asiático, com o qual a China tem profundas relações.

Mais de 95% do crescimento econômico no mundo ocorrerá nas economias em desenvolvimento. A grande oportunidade nesse sentido de o Brasil se reindustrializar para poder competir no mercado internacional. Não esse entreguismo desses cavaleiros do apocalipse: o Edir Macedo que traz a guerra; o Guedes que traz a fome; esse milico que está no Ministério da Saúde que promove a peste; e o judiciário que traz a morte.

Nós temos uma grande oportunidade à frente, mas nós não podemos ficar reféns das políticas imperialistas americanas como quer o Governo Bolsonaro. Nós temos que nos libertar dessa algema. São 51% do crescimento mundial que ocorrerão na China, 44% em economias em desenvolvimento. Claro que querem um novo colonialismo, um país agrário, uma big plantation e uma superexploração do trabalho do povo.

Qual é o trabalho para juventude que nós temos hoje no Rio de Janeiro? É pedalar numa bicicleta do Itaú 16 horas, 15 horas por dia? Para ganhar o quê? Um mísero salário mínimo? Ou, se a família tem um carrinho, bota tudo na uberização, um único, para que possa sustentar sua família, precarizando o trabalho, levando o dinheiro do país para fora. Ou vai virar camelô!

O Rio de Janeiro é uma tragédia no emprego. Só há informalidade! Onde a gente anda no Rio de Janeiro, só há ambulante, porque não tem emprego. E a Prefeitura insiste, em determinadas áreas, em perseguir os ambulantes, como acontece na Penha. Talvez seja o único lugar, olha, vereadores, quero chamar a atenção, hein, eu não sei o que está acontecendo na Penha, se há aí uma milícia do Crivella achacando os trabalhadores, porque a Guarda Municipal todo dia está na Penha impedindo os trabalhadores ambulantes. Todo dia estão recolhendo mercadoria, dando paulada. No resto da cidade, está tudo liberado. A Penha é o único lugar de fiscalização. Há uma denúncia grave ali, que há um guardião do Crivella. Será que será aquele vereador que guarda uma fortuna debaixo do colchão? Declarado R\$ 500 mil, que o dinheiro não veio da sacristia. É o que dizem por ali.

Então, quero deixar claro o descaminho do país perante o cenário mundial, onde o externo define o interno. Nós estamos reféns dessa política neoliberal que massacra o trabalhador, massacra o povo brasileiro, Senhora Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Passemos à primeira matéria da pauta:

ANUNCIA-SE:

EM TRAMITAÇÃO DE URGÊNCIA  
EM 2ª DISCUSSÃO  
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1.883/2020, DE AUTORIA DO VEREADOR JONES MOURA, QUE “DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NÃO AFETADOS PELAS VEDAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 173, DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão a matéria.

Para discutir, o nobre Vereador Jones Moura.

O SR. JONES MOURA – Senhora Presidente, eu queria discutir o Projeto de Lei nº 1.883/2020 e aproveitar também a discussão para reportar esta fala aqui ao Nobre Vereador Dr. Jairinho, Líder do Governo, e também fazer esta discussão aqui e reportar a todos os vereadores que estão aqui acompanhando esta Sessão no dia de hoje.

Este Projeto nº 1.883/2020 é um projeto que nós, todos nós servidores, estamos vivendo esse adiamento da matéria já há dois meses. Este projeto está gerando uma angústia no meio dos servidores de uma maneira tão grande, mas tão grande, porque os servidores estão tão amedrontados diante dessa lei federal, estão se sentindo completamente para baixo, desanimados do serviço público.





Eles viram nesse projeto de lei, em nossa Casa, o projeto de lei que todos nós vereadores poderemos nele legitimar um oxigênio, uma esperança de um pouco de paz para esses servidores que já não aguentam mais dois meses de adiamento. É um projeto que não tem nenhum tipo de problema para que seja votado. Ele está pronto para ser votado, por isso eu queria fazer um apelo a esta Casa: que nós possamos nos posicionar diante dele.

Se os senhores vereadores e as senhoras vereadoras olharem agora a Rio TV Câmara, lá verão os comentários, a quantidade de servidores que estão ansiosos para que possamos nos posicionar e finalmente votar o SIM neste projeto. Deixa lá que o Prefeito Marcelo Crivella, se ele vai vetar, se não vai vetar, mas a gente vai se posicionar.

Nós votamos na primeira votação. Vamos votar na segunda. Nesta segunda votação, vamos dizer aos servidores que nós queremos que os direitos deles sejam realmente garantidos, porque o projeto de lei não cria direitos, não cria despesas, não cria adicionais, não usurpa função de prefeito, não tem vício de iniciativa. Ele só diz o seguinte: “Todas as leis que dão direitos aos servidores, aprovadas aqui nesta Casa antes da lei federal, têm de ser mantidas”. Agora, as que forem aprovadas depois da lei federal, aí não, mas antes. É só isso!

Nós estamos trazendo essa lei federal na regulamentação aqui. Apenas isso. Não tem vício de iniciativa. Não tem nada. Apenas os servidores já não aguentam mais, perderam já as esperanças, não têm mais autoestima, a estima é baixa. Eles não pegaram metade do décimo terceiro no meio do ano, todo ano tinha. Estão sem dinheiro, eles já não acreditam mais. Não pegaram o reajuste anual ano passado, não pegaram o reajuste anual esse ano, não sabem o que vai acontecer ano que vem.

Muitos servidores mandaram mensagem dizendo: “Jones, eu ia receber meu triênio agora, eu não vou receber? Por que furtaram o meu direito de ter o triênio? O triênio é direito. Por que vão cassar o meu direito?”. E eu disse para eles: “não se preocupe. A Câmara Municipal, ela pode legislar matéria de competência municipal, ela pode legislar matéria que versa sobre os direitos dos servidores. A Lei Federal existe, a gente respeita, mas quando bate aqui no Município a gente regulamenta”.

E na regulamentação nós estamos dizendo que ela está nota 10 em tudo, mas quando ela tira o direito do servidor, a Câmara diz que não vai tirar. É só isso, é o que nós estamos fazendo aqui. Servidor, você tem direito à licença prêmio? Tem. A Câmara aprovou em Lei Municipal? Aprovou. Então, a gente está dizendo hoje aqui que esse direito está mantido. É só isso.

Não temos mais o que fazer, por isso eu queria fazer um apelo, Presidente. Eu queria fazer um apelo ao nobre Vereador Dr. Jairinho. Vereador, o senhor tem uma palavra de grande peso aqui nessa Casa. O que o senhor fala, o seu direcionamento, nós vereadores procuramos sempre respeitar, por isso eu me dirijo a Vossa Excelência. Os servidores estão cansados, vamos votar hoje, vamos nos posicionar. Se é não, se é pra votar não, então os vereadores vão votar não. E a gente pelo menos encerra, dá um ponto final nessa história, vamos tentar outro projeto, aí no ano que vem a gente vê como que o futuro Prefeito se posiciona, ou mesmo o Prefeito, se ele for reeleito, mas é preciso se posicionar, não cabe mais adiamento.

Dois meses e os servidores esperando que a gente se posicione. Quantos vereadores aqui querem votar, por isso eu peço por favor a Vossa Excelência, que tem uma palavra de grande peso, um direcionamento de grande importância. Direcione hoje para que a gente possa votar. E aí o senhor faça o encaminhamento pela Liderança do Governo, a base governista. E eu até faço um apelo que todos hoje sejamos sensíveis a esse momento que os servidores estão passando. Eles estão sem reajuste desde o ano passado. Eles estão sem o reajuste, eles perderam 50% dos encargos por decreto do Prefeito, eles não têm expectativa de promoção, porque perderam pela Lei Federal, perderam as progressões, perderam a licença prêmio, perderam o reajuste anual, perderam, perderam, perderam. Vamos dar essa vitória para eles hoje. É o apelo que eu faço. Obrigado Presidente.

O SR. DR. JAIRINHO – Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Dr. Jairinho, que dispõe de três minutos.

O SR. DR. JAIRINHO – Senhora Presidente, por conta de não ter conseguido conversar com o Vereador Jones Moura, peço adiamento da discussão da matéria por três sessões.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A Presidência submete à deliberação dos senhores vereadores o requerimento de adiamento da discussão da matéria por três sessões.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Votaram SIM 20 (vinte) senhores vereadores; e NÃO, 20 (vinte) senhores vereadores.

Diante do empate auferido na votação, a Presidência consignará o voto de desempate. O meu voto é NÃO.

Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Jairinho, Dr. João Ricardo, Eliseu Kessler, Fátima da Solidariedade, Felipe Michel, Inaldo Silva, João Mendes de Jesus, Leandro Lyra, Major Elitusalem, Marcelino D’Almeida, Marcello Siciliano, Professor Adalmir, Renato Moura, Vera Lins, Zico e Zico Bacana 20 (vinte); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Átila A. Nunes, Babá, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Marcos Paulo, Fernando William, Italo Ciba, Jones Moura, Leonel Brizola, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Paulo Pinheiro, Prof. Célio Lupporelli, Rafael Aloisio Freitas, Reimont, Renato Cinco, Tânia Bastos, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Thiago K. Ribeiro e Wellington Dias 21 (vinte e um). Presentes e votando 41 (quarenta e um) senhores vereadores)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Presentes 41 (quarenta e um) senhores vereadores. Votaram SIM 20 (vinte) senhores vereadores; e NÃO, 21 (vinte e um) senhores vereadores.

O requerimento está rejeitado.

A matéria continua em discussão.

O SR. DR. JAIRINHO – Para discutir, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Dr. Jairinho.

O SR. DR. JAIRINHO – Senhora Presidenta, acompanhando todo o empenho de Vossa Excelência, para prestigiar o seu projeto de lei – da senhora e do Jones Moura –, o meu encaminhamento é “sim”. Vamos aprovar essa maravilha de projeto.

Estou do teu lado, Presidenta: sim. O encaminhamento pela Liderança do Governo é “sim”. Ótimo, parabéns!

O SR. FERNANDO WILLIAM – Para discutir, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Fernando William.

O SR. FERNANDO WILLIAM – Cara Presidente, caros senhores, colegas vereadores, aqueles que nos assistem, boa tarde.

Eu até admito e admiro o empenho do Vereador Jones Moura em apresentar essa proposição, ainda que – com todo o respeito que eu tenho por todos os colegas, especialmente o Vereador Jones Moura – esse seja um projeto que bem caberia ao Conselheiro Acácio. Para quem leu “O Primo Basílio”, o Conselheiro Acácio é aquele que aconselhava sempre o óbvio.

Esse projeto repete, literalmente, o que determina a Constituição. Nós assistimos agora, durante a pandemia, o próprio Presidente da República dizer que, em que pese ele ter posições contrárias à grande maioria dos governadores, à grande maioria dos prefeitos, o Supremo Tribunal Fede-



ral (STF) havia determinado que os entes federativos tenham autonomia para adotar políticas públicas de acordo com seus interesses. Quer dizer, na verdade, o que se vota no Congresso Nacional serve para os interesses da União; e compete às prefeituras e compete aos estados seguirem ou não essa orientação.

Aliás, isso ficou claro, por exemplo, quando em 2003 – desculpe, meu colega, meu queridíssimo colega, amado colega Reimont –, o Partido dos Trabalhadores fez aquela reforma previdenciária, que estabeleceu a cobrança para os aposentados e pensionistas, não é? Ampliou a cobrança do INSS para aposentados e pensionistas até hoje – o que justificou a ruptura com os companheiros do PSOL.

O país inteiro, praticamente, adotou aquela medida. Mas na Prefeitura do Rio de Janeiro... O Prefeito Cesar Maia, há de se reconhecer, não adotou aquela medida. Os prefeitos que o sucederam também não adotaram. E coube ao Prefeito Marcelo Crivella – até por conta das dificuldades econômicas que encontrou, enfim, a gente tem que levar tudo isso em conta – implantar, contra o meu voto e o de diversos companheiros, a cobrança dos 11% acima do teto do INSS para os aposentados e pensionistas.

Ou seja, a lei federal se adapta aos entes da federação, no caso os municípios e os estados, se governadores e prefeitos entenderem que assim devem proceder. Por exemplo, quando a União determina que não haverá aumento, não haverá incorporações, se o Prefeito entender que deve incorporar triênios, deve fazer incorporações, dar aumento, ele tem esse direito, ele tem essa prerrogativa, ele pode fazer isso. E se, eventualmente, a União entender que não, terá que recorrer judicialmente. Isso será resolvido no campo da Justiça. Com todo apreço que eu tenho pelo Vereador Jones Moura, vou até votar a proposta dele, mas é um projeto que ele diz assim: “a Constituição tem que valer”. Eu acho meio que desnecessário.

Também acho que o Vereador Dr. Jairinho se desgastou aí tremendamente em buscar inconstitucionalidade em uma matéria que pode ser votada perfeitamente, pode ser votada sem nenhuma mácula, porque ela, como eu disse, é uma matéria “Acaciana”, ela repete o que a Constituição já determina que é possível, que não tem nenhuma irregularidade. Se o futuro Prefeito, seja ele quem for, espero que seja a Martha Rocha, entender que deva dar aumento, não deva dar triênios, deva dar as incorporações, ela certamente o fará, se a lei já a permitir. E se a lei não a permitir, ela encaminhará a matéria à Câmara, solicitando a nós vereadores – aqueles que forem eleitos, espero que todos possam estar aí de volta –, que possamos votar aquilo que o Município determinar, porque é um ente federado independente e que pode perfeitamente decidir sobre essas matérias, sem necessidade de uma lei específica que repete o argumento nacional. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – A matéria continua em discussão.

O SR. LEANDRO LYRA – Para discutir, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Leandro Lyra.

O SR. LEANDRO LYRA – Presidente, eu já fiz essa discussão da última vez, durante a 1ª Discussão. A meu ver o projeto é flagrantemente inconstitucional, ele viola, de fato, a Lei Orgânica do Município, viola o Regimento Interno da Câmara, é muito direto, na verdade. É só você ler que ele trata exatamente que “garante a implementação da revisão anual”, ou seja, esse projeto, ele reajusta a remuneração, é isso que ele faz, de fato.

É claro e evidente que você não pode ter vereador legislando sobre aumento de salário na máquina pública, senão não tem conta pública, não tem imposto do carioca, não tem IPTU, não tem ISS que segure essa Câmara Municipal, ainda mais numa véspera de período eleitoral como essa.

Quem está votando esse PL aqui hoje, não é possível que não esteja vendo o que está acontecendo no país. O Brasil está tentando sair de uma crise, de uma “coronacrise”, só não é pior a situação do país, por conta,

justamente, de todo o esforço feito pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, mas é fato público e notório que o país está passando por dificuldade, milhares de empregos perdidos por conta da esquerda no país, que aproveitou a crise para querer derrubar o Presidente da República. Era a torcida do Covid-19, que faziam aqui na Câmara Municipal.

Aí, veja só, num período de crise como esse, é só andar pelo comércio, andar aqui pelo Centro, para ver a quantidade de restaurantes fechados, a quantidade de lojas fechadas, a quantidade de postos de emprego fechados, conversa com o pessoal que está nas praias, conversa com os ambulantes, conversa com o autônomo, profissional liberal. É só perguntar para as pessoas quais são as dificuldades que elas estão passando, se não tiveram um tombo de renda, se não estão tendo agora que trabalhar dobrado para poder correr atrás do prejuízo.

E é nesse momento exatamente, que o país tenta sair dessa crise, a prioridade da Câmara Municipal é dar reajuste para a máquina pública que não está com salário atrasado, não está. O brasileiro deixou de receber durante meses. Quem vive do turismo, por exemplo, foi a zero, o cara conseguiu ter zero de renda, quem trabalha com turismo no país. Não recebeu nada, teve que viver do auxílio emergencial, que foi, de novo, o Presidente da República que colocou em R\$ 600 e R\$ 1200 para boa parte das pessoas, que a esquerda insiste também em querer deturpar isso.

As pessoas vivendo de auxílio emergencial e aí a prioridade de vocês, realmente, neste momento, é fazer o quê? Tentar ajudar que as pessoas voltem a ter os seus negócios de pé, querer reduzir imposto, querer controlar a despesa de máquina pública? Não. A prioridade dos vereadores aqui desta Câmara Municipal que estão votando esse PL é reajustar o salário de quem já está com salário em dia.

E o brasileiro que paga essa conta, vocês não têm um projeto de lei para eles não? Vocês não têm um projeto de lei para quem, por exemplo, está tendo sua loja fechada até agora, que não conseguiu voltar com o comércio na cidade? Vocês não têm um projeto de lei para quem está com o restaurante fechado?

Porque a ideia que vejo muita gente falar aqui é o manter o fecho tudo. Estava até ainda há pouco ali querendo manter as escolas fechadas, todo mundo desesperado: creches, pré-escolas pequenas falindo na cidade inteira. Mesmo as pessoas que votam esse PL são aquelas que queriam que as escolas continuassem fechadas e quebrando. Estavam usando de todo tipo de nome pejorativo.

Alguém aqui acha que isso vai dar certo? Alguém aqui, realmente, acha que essa é a direção? Vai lá que a gente está em período pré-eleitoral, mas é essa a direção que a gente vai seguir mesmo?

Imagine o cidadão que teve todos os seus impostos aumentados, que teve que segurar nas costas o país nesta crise, que teve amargar seis meses. Teve gente que queria até o tal do lockdown – salvo engano, foi o Vereador Renato Cinco –, queria um lockdown igual ao da Argentina, que conseguiu bater 50% de taxa de pobreza e os níveis de casos de coronavírus batendo no teto agora. Fizeram o lockdown mais estrito que tinha. São os mesmos.

E é impossível que a gente siga na direção que esse pessoal quer: inchaço de máquina pública. Ai vão continuar inchando os gastos públicos agora e, ano que vem, vai ter crise, por exemplo, de pagamento dos servidores. Porque não para de galopar. Não tem IPTU para aumentar mais, não tem ISS para aumentar mais, não tem Cosip para aumentar mais, aí tem dificuldade de pagamento no final do ano.

Aí eles vão reclamar da dívida. Mas a dívida pública quem faz são justamente eles, que não param de galopar para despesa. E aí, quando dá problema com a despesa, eles vêm aqui e falam assim: “Não, porque tem que taxar, aumentar os impostos”. Aí eles arrumam todos os tipos de justificativas: “Porque é uma questão de justiça, não sei o quê...” No final das contas, é a população que acaba pagando a conta. E o coitado do setor privado, de novo, que já tem que carregar uma das maiores cargas tributárias do mundo, vai lá e tem mais os seus impostos aumentados – de novo.

O comércio aqui que está com a sua loja tentando aumentar o turno, tentando segurar as pontas, não tem projeto de lei para ele.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador.





O SR. LEANDRO LYRA – Presidente, vou concluir.

Vou deixar aqui, realmente, a minha indignação, porque não é minimamente razoável isso que estão fazendo – minimamente razoável. A gente está em uma crise sem precedentes, que só não foi pior porque esse pessoal que está agora defendendo esses reajustes, essa irresponsabilidade, não conseguiu levar o que eles queriam, porque, se fosse o que eles queriam, estava todo mundo fechado, o país em um buraco, crise, desemprego, miséria, fome. Mas aí talvez eles estivessem dando reajuste ainda. Esquece essa parcela da população.

E aí, o papel, se não tiver dinheiro mais para pagar no fim das contas, eles imprimem, porque eles tiram dinheiro de impressora. E quem quer trabalhar eles jogam tudo nas costas das pessoas e não têm o menor dó na hora de sequer apertar os cintos.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – O tempo de Vossa Excelência já está esgotado, Vereador.

O SR. LEANDRO LYRA – Pois não, Presidente.

Então, assim, a única coisa que se pede aqui é que todo mundo aperte os cintos juntos, segure as pontas. Teve gente ficou seis meses sem receber, e vocês aqui agora fazendo esse discurso como se as pessoas que estivessem na máquina pública fossem pobres coitados. Não tiveram nem o salário atrasado. E vocês aqui estão querendo dar reajustes no país em uma das maiores crises dos últimos tempos. Isso é uma vergonha.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Obrigado, Senhora Presidente.

Acho curioso – inclusive queria começar com isto –, o Vereador Leandro Lyra ultimamente tem ficado indeciso se ele fala ou não. Aí ele espera sempre anunciar o fim das discussões para se inscrever, talvez porque ele queira se colocar como último a falar. Hoje pensei assim: só vou falar por que ele vai fazer isso... E fez.

Estou aqui, agora, para poder fazer o debate e acho importante; mas, primeiro, para conversar com todos os vereadores que vão votar e com quem está nos assistindo: o projeto é de alguém da esquerda? Porque a obsessão do Vereador Leandro Lyra com a esquerda é um negócio impressionante, não fala de outra coisa, só sabe falar disso.

O Jones Moura está no partido do vice do Luiz Lima, candidato bolsonarista à prefeitura; o Vereador Leandro Lyra está com um uniformezinho dele ali. Queria entender essa história: o voto de minerva para não adiar o projeto foi da Vereadora Tânia Bastos, que é do mesmo partido dele e do Crivella. Estou tentando entender até agora, porque ouvimos um discurso sobre “a esquerda isso, esquerda aquilo, esquerda acolá”, como um disco arranhado. É claro que apoiamos esse projeto que trata do servidor público, sem sombra de dúvidas. Mas é curioso também que o Leandro Lyra, que é do partido do prefeito que aumentou o IPTU, e está no Republicanos, não é? E diz que não se pode aumentar imposto... Em contradição nesta altura do campeonato...

Fico espantado com o tipo de discurso que não consegue entrar no debate. Quem é que ele acha que vai comer nos restaurantes do Centro da Cidade, num momento em que a economia estiver reaberta? Os servidores públicos que ganham salário. Estamos falando de quem? Estamos falando do professor. Hoje, no dia do educador que passou anos sem reajuste salarial: é desses servidores que estamos falando. Estamos falando de algum reajuste aqui nesta lei? Esta é uma lei de reajuste? Não. É uma lei que discute uma coisa importante, que é o seguinte: o Presidente Jair Bolsonaro, para chantagear e para embutir lá no meio do caminho o que interessa ao Guedes, colocou na Lei de Auxílio aos Estados uma série de vedações que penalizam os servidores públicos, porque nessa lógica da escola de Chicago...

Olha deu tudo “tão certo” lá no Chile, o Chile é uma maravilha no ponto de vista da economia. Nessa lógica neoliberal, de um discurso que criminaliza o servidor público... É isso. É um discurso que quer acabar com a estabilidade do servidor público, e, é lógico, prefere os “Guardiões

do Crivella”. Sobre estes o Vereador Leandro Lyra não vem aqui falar. Ele só pergunta: vocês não têm Projeto de Lei? Temos uma série. Eu votei o projeto de lei do Vereador Paulo Messina, só para dizer, inclusive, que era a lógica de dar microcrédito para pequenos empresários da cidade. Votei e elogio esse projeto em tudo quanto é lugar, é de outro partido, é outro candidato a prefeito.

Votamos aqui o projeto de renda básica. Quem não tem projeto é você, Leandro, que não consegue colocar nenhum projeto na pauta. Se colocasse eu ia votar... O último foi inconstitucional, que você tem um atrás do outro. Eu ia votar favorável, mas não consegue ajustar. Quem não tem projeto é você, pois nós apresentamos projeto para caramba para ajudar a enfrentar esta história toda. Todos os projetos que você põe, no final, são inconstitucionais, é um negócio impressionante. E, aí, projeto mesmo para enfrentar a pandemia eu não vi.

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. TARCÍSIO MOTTA – Não, não vou dar aparte coisa nenhuma. Quem sabe, talvez quando chegar, mas não apresentou nenhum projeto durante a pandemia. Não é nem porque não conseguiu aprovar, porque apresentamos projetos... É um negócio impressionante. Ficamos aqui escutando... Não quero ficar aqui dando palco para esse tipo de coisa, é o oportunismo a Otoni: quer bater na esquerda para ver se cresce.

O cara estava lá no Partido Novo, descumpriu as determinações partidárias, foi candidato assim também. Virou bolsonarista, foi para o partido junto com o Carlos Bolsonaro e não quer responder às contradições de estar na mesma legenda do Prefeito Marcelo Crivella, que aumentou o IPTU. E num partido que faz parte do Centrão, que vive nas maracutaia apresentadas por aí, mas quer ficar cobrando da esquerda.

Muito mais legítimos são os candidatos do Partido Novo, que querem fazer o debate a partir do liberalismo. Muito mais legítimo é fazer um debate com o Paulo Messina sobre o que ele pensa sobre o servidor público, sendo ele um liberal – é muito mais legítimo. Não é oportunismo eleitoral, porque é disso que estamos falando. E fica acusando a gente de oportunismo eleitoral.

Pode pegar os quatro anos para ver se tem alguma votação da bancada do PSOL contra qualquer servidor público. Não tem, sabe por quê? Porque estamos do lado do servidor público, porque entendemos seu valor como trabalhador, porque entendemos que, ao investir no serviço e no servidor público que está atendendo à população – professor, médico, enfermeiro, guarda municipal – é garantir que a economia circule também. É garantir, inclusive, que se tenha política pública; que tem que ter um projeto para esta cidade, projeto que o seu prefeito nunca teve.

Aí, o Vereador Jones Moura, um vereador que está no partido de direita, que apoia o bolsonarista Luiz Lima, apresenta um projeto que está dizendo o seguinte: “O que o Bolsonaro fez, a chantagem de tentar fazer com que os servidores públicos paguem a conta da crise, está errado, e o Município do Rio de Janeiro deve avaliar o que deve continuar a fazer com os seus servidores, se deve ter reajuste ou se não deve”...

Reajuste anual, Vereador Leandro Lyra, é direito de todo trabalhador. O problema é que você provavelmente nunca viveu de salário na vida e não sabe exatamente disso. Não sei se viveu ou se não viveu, mas eu quero saber se é isso. Para os professores, você continua dizendo: “Não tem que ter direito a reajuste anual, nem para repor a inflação”.

É claro que tem que ter e, nesse ponto de vista, sim, a Câmara de Vereadores tem que dar um posicionamento a favor do servidor público e dizer: o próximo prefeito, ou a próxima prefeita – e eu espero que seja uma mulher –, vai ter que, a partir do orçamento que a gente vai começar a discutir semana que vem, o orçamento enviado pelo seu prefeito, Vereador Leandro Lyra, do seu partido, e não da esquerda, decidir o que é possível, o que não é possível e como vai valorizar o servidor público, aquele que atende à população, que garante os direitos da população, que está longe de ser essa ideia do privilegiado que vocês tentam pintar nessa reforma administrativa, vocês bolsonaristas, vocês crivellistas, vocês que estão aí querendo surfar nessa onda.

Servidor público é aquele que está ralando na sala de aula, na UPA, no hospital. Esse merece ser valorizado, precisa ter reajuste salarial, precisa





participar. Agora, o que não precisa é ter guardiões, é ter obrinhas eleitorais, é ter aumento de IPTU da forma que foi.

Eu sei que você votou contra o IPTU, como a gente, mas agora fica dizendo que o problema é a esquerda. O problema deste país está na direita. A direita é que está destruindo este país. Na pandemia morreram centenas de milhares de pessoas, com um presidente absolutamente inepto, e no final a gente ainda tem que ficar vendo agora cenas lamentáveis de corrupção, para quem estava dizendo que tinha acabado a corrupção, até anteontem.

Desculpe ter ultrapassado um pouco o meu tempo. Muito obrigado, Senhora Presidente.

O SR. RENATO CINCO – Para discutir, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Renato Cinco.

O SR. RENATO CINCO – Obrigado, Senhora Presidente.

Eu queria aproveitar essa discussão sobre a atuação da esquerda durante a pandemia para fazer uma coisa que eu acho que ainda não fiz aqui neste Plenário, que é dizer o seguinte: eu sempre tive muito orgulho de fazer parte da bancada do PSOL, desde o primeiro momento; na verdade, desde quando eu fazia parte da bancada do PSOL como assessor do Eliomar Coelho, sempre tive muito orgulho.

Eu passei a nos admirar ainda mais depois da tragédia do assassinato da Vereadora Marielle Franco e de como a nossa bancada respondeu ao assassinato dela. Vamos lembrar aqui que o fato de a Marielle ter sido assassinada significa que essa bancada chega ao final deste mandato com um pedaço dela arrancado de nós e arrancado pela extrema-direita do país, porque a gente não precisa saber quem mandou aqueles dois fascistoídes que estão na cadeia executarem a nossa amiga.

A gente pode não saber exatamente de qual grupo veio, mas a gente sabe de qual espectro político veio aquele assassinato. Ele veio desses fascistoídes e seus aliados milicianos, que muitos também posam de fascistoídes só para dar alguma carga moral, mesmo que seja torpe, na verdade, à sua atividade criminosa.

Em outro momento, eu tive muito orgulho da bancada do PSOL, que foi durante essa pandemia. A gente não só trabalhou muito, mas lá atrás, lá no início, a gente antecipou tudo, todos os problemas, e transformou em projetos de lei para serem aprovados por esta Casa.

A Comissão de Justiça e Redação desta Casa dizia: “É inconstitucional, mas esta mensagem aqui a gente quer mandar para o prefeito, e dane-se que é inconstitucional”. Quando era do PSOL, dizia: “Como é inconstitucional, não pode”. Todos nós vimos isso aqui acontecer. É a contribuição da bancada do PSOL para esta cidade ser desmontada sem debate por essa estrutura autoritária de três vereadores apenas terem o direito de sustar as discussões que não lhes interessam. A Comissão de Justiça e Redação desta Casa tem que ser reformada.

Nós falamos desde o primeiro momento: uma parte da nossa população não vai ter condições de fazer isolamento social se não tiver auxílio do Estado. Fizemos propostas concretas, tanto em relação ao Cartão Carioca como em relação à própria logística de procurar quem são as pessoas com fome, de procurar outros meios, se fossem necessários, de garantir a alimentação das pessoas. Fizemos projeto de lei para garantir as condições de isolamento para as pessoas que estivessem doentes e não pudessem se isolar na sua própria casa. Fizemos projeto para suspender o pagamento da dívida pública com esses mesmos bancos que devem milhões e milhões para a Cidade do Rio de Janeiro e ficam levando dinheiro que agora poderia ser aproveitado na pandemia.

Então, a bancada do PSOL agiu corretamente. Apresentou os caminhos que precisavam ser apresentados e esta Câmara Municipal, em sua maioria, optou por colocar os negócios acima da vida. Essa foi a opção política da maioria desta Casa e uma burrice astronômica, porque acho muito legal chegar o vereador aqui posando: “Ah, eu sou o cara que entende de mercado...” Aí, ele fala o seguinte: “A situação só não está pior porque o plano da esquerda não foi para frente...”

Olhem só: para os burros da extrema direita que não entenderam, ou não querem entender, nós só está vivendo a situação da maneira que está hoje porque nós não fomos ouvidos. Nós avisamos o que seria tratar com irresponsabilidade, chamar de gripezinha, tentar impedir a ação de prefeitos e governadores! O Presidente Bolsonaro boicotou tanto o isolamento social que o Supremo precisou dizer: “Cala a boca, Bolsonaro”.

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência me dá um aparte?

O SR. RENATO CINCO – Não! Claro que não, seu canalha! Cala a boca!

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência não pode.

O SR. RENATO CINCO – Cala a boca, seu canalha! Eu não dou aparte para canalha genocida. Você é um genocida! Meu amigo, você e gente da sua laia eu vou me dedicar a perseguir através da luta internacional para punir os responsáveis pelo genocídio no Brasil. Já são mais de 100 mil pessoas mortas, que não teriam morrido se Bolsonaro tivesse ouvido a ciência e a justiça.

Senhora Presidente, não vem mandar eu me calar não, porque, quando o Leandro Lyra passa do tempo, a senhora não manda que ele se cale. Então, eu vou ignorar essa sinetinha aí, entendeu? Vai usar essa sinetinha com todo mundo ou com ninguém! Não vem com essa não! Não é porque eu estou aqui debatendo com um cara do seu partido, cujo tempo você não controlou, que você vem querer controlar meu tempo.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, Vossa Excelência já estava com seu tempo...

O SR. RENATO CINCO – Não terminei de falar ainda!

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não, Vereador. O tempo de Vossa Excelência já tinha excedido e eu toquei a campainha. Assim que eu toquei a campainha, Vossa Excelência deu continuidade e o Vereador Leandro Lyra fez a interferência.

O SR. RENATO CINCO – Não vai me interromper. Ocupa essa cadeira para agir de uma forma tão parcial!

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Equipe, por favor.

O SR. RENATO CINCO – Quando seu partido fala...

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Muito obrigada, equipe técnica. Assima ...

O SR. RENATO CINCO – Olha só, a equipe de som vai, várias vezes ainda..., porque eu só vou para de me “desmutar” quando eu concluir a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, seu tempo já tinha excedido.

O SR. RENATO CINCO – Permita que eu conclua a minha fala.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Às 16h47, Vossa Excelência já estava com seu tempo excedido.

O SR. RENATO CINCO – Concluindo a minha fala, se hoje vivemos uma grave crise econômica no país, o prolongamento...

O SR. LEONEL BRIZOLA – Senhora Presidenta, seria mais fácil a conclusão da fala, como foi com o Vereador Leandro Lyra. Um minuto para concluir e pronto.



A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vou esperar o Vereador Renato Cinco se acalmar. Quando eu toquei a campainha, ele já tinha excedido o tempo dele em um minuto. Logo depois, houve a discussão dele com o Vereador Leandro Lyra. Então, quando ele se acalmar, eu retorno com a fala dele, para que ele conclua. Não adianta ele ficar gritando. O tempo já tinha excedido. Por favor, Vereador Renato Cinco, para concluir a discussão da matéria.

Vereador, Vossa Excelência precisa concluir. Por isso, pedi por três vezes para que Vossa Excelência tivesse ciência de que seu tempo havia excedido.

O SR. RENATO CINCO – Já que a senhora marca o tempo da oposição e não marca do Governo, eu vou concluir, dizendo o seguinte: a responsabilidade pelo prolongamento da pandemia na nossa cidade é, principalmente do Prefeito Marcelo Crivella, que antecipou a flexibilização do isolamento social em três ou quatro semanas. Três ou quatro semanas! Um pinguinho de decência e responsabilidade desse prefeito e hoje nós não estaríamos vivendo a situação que está colocada agora.

Que eu saiba, Leandro Lyra, apesar de o Crivella ter sido ministro da Dilma, ele não é de esquerda.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Já concluiu, vereador? O vereador já concluiu? Bem, não sei se a rede dele caiu, mas o tempo dele já tinha excedido.

Para discutir, o nobre Vereador Babá.

O SR. BABÁ – Muito obrigado, Senhora Presidente. Desde já, avisando ao Vereador Leandro Lyra que não lhe darei aparte. Não adianta ele ficar solicitando. Porque ele não tem coragem de falar, se inscreve na última hora para querer depois que não se discuta as bobagens que ele está falando. Eu vou citar aqui o Vereador Leandro Lyra, a quem eu já denominei de bank boy, porque é isso o que ele cumpre, o papel em defesa do sistema financeiro dos bancos, como faz o seu Presidente Jair Bolsonaro. Correto?

E hoje, num dia tão importante, como o Dia dos Professores, que me orgulho de ser, pois sou professor da UFRJ, em que professores estão passando extrema necessidade, problemas seriíssimos, junto com porteiros, que tiveram salário atrasado por cinco meses, junto com merendeiras, tão importante para nossas crianças, e Crivella não tinha dinheiro para os porteiros, mas tinha dinheiro para seus “guardiões”. E os porteiros recebendo o salário de um salário mínimo, enquanto os guardiões do Crivella entre R\$ 3.000,00 e R\$ 10.000,00.

Quero colocar aqui essa situação porque o projeto em pauta, na verdade, traz os direitos dos servidores públicos municipais. O Vereador Jones Moura sabe das divergências que nós temos, mas esse seu projeto é corretíssimo. O que acontece é que tentaram adiar e adiar por mais tempo. Então, estamos discutindo isso agora.

O Vereador Leandro Lyra, que também ficou conhecido como o menino da cloroquina, que defendia junto com Bolsonaro, parou de falar de cloroquina. Mas ele era um dos defensores. Como a gripezinha do Bolsonaro deu no que deu: 150 mil mortos. Essa situação é a falta de investimento na Saúde, na Educação e tudo o mais. Por que eu coloco isso? Porque no ano passado o Governo pagou R\$ 1,38 trilhão de juros e amortização da dívida. Aí, levou 38% do orçamento público, enquanto para a Saúde foram 4,21%, para a Educação, 3,24%. Sabem quanto foi para o saneamento básico, que é doença na veia? Foi 0,02%. É essa a situação que ele não quer discutir. Eu coloco isso porque os culpados são, na verdade, os governantes que estão aí alimentando o sistema financeiro que o Senhor Leandro Lyra, o bank boy, defende. É isso.

Eu queria colocar, ainda, que para este ano de 2020 está destinado no orçamento R\$ 1,603 trilhão de juros e amortização da dívida.

O SR. LEANDRO LYRA – Vossa Excelência me dá um aparte?

O SR. BABÁ – Eu não dou aparte, Leandro. Desculpe, não vou brigar com você.

O SR. LEANDRO LYRA – Como assim? Só estou pedindo um aparte a Vossa Excelência.

O SR. RENATO CINCO – Babá, não escute, não.

O SR. REIMONT – Ele já avisou.

O SR. LEANDRO LYRA – Avisou o quê, rapaz? Estou só pedindo um...

Tudo bem, obrigado.

O SR. BABÁ – Presidente, eu quero que seja garantido o meu tempo, porque o Vereador Leandro Lyra está me atrapalhando.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Continua o Vereador Babá.

O SR. BABÁ – Quero que seja garantido o meu tempo antes de tocar a campainha, porque não vou aqui me estressar com um cidadão que utilizou o dinheiro público para fazer seus cursos de mestrado e doutorado.

Ele deveria ter coragem de dizer: “Vou devolver tudo que o Estado bancou com meu estudo de mestrado e doutorado”. Mas não faz isso. Quero colocar essa situação porque é muito grave...

O SR. REIMONT – Babá, Vereador Reimont falando.

No tempo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Governo do Presidente Lula – só pra dizer isso.

O SR. BABÁ – Vereador Reimont, por favor, não me atrapalhe. Quero que seja garantido o meu tempo. Eu não estou dando aparte.

Desculpe, Vereador Reimont.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pode prosseguir, Vereador Babá.

O SR. BABÁ – Pois não.

Eu quero colocar isso aí, porque é um escândalo: R\$ 1,603 trilhão para juros e amortização. Você sabe quanto está na Lei de Diretrizes para o ano que vem? São R\$ 2, 236 trilhões. Isso dá precisamente, por dia, aos banqueiros... Eu anotei aqui: R\$ 6 trilhões ao dia aos banqueiros, aos mesmos banqueiros que estão demitindo no Bradesco, no Itaú, no Santander, cobrando juros altíssimos da população, correto?

Eles têm o orçamento para o ano que vem: R\$ 2, 236 trilhões. Sabe quanto é isso do orçamento? São 53% do orçamento. Sabe quanto vai para estados e municípios – vinte e quatro ou vinte e cinco estados, Distrito Federal, para o ano inteiro? Dá 6,36%, é isso. E sabe quanto vai para a saúde no ano que vem? Não mais simplesmente 4%. Saúde, 2,85%. Para a educação: 2,67%.

Aí é que está o problema dos banqueiros que todos os partidos que passaram e que alimentam essa situação não têm coragem de enfrentá-los, que é a suspensão do pagamento da dívida, para poder utilizar esse dinheiro na saúde, na educação, nas nossas universidades, para pagar aos servidores municipais.

Eu apresentei um projeto de suspensão do pagamento da dívida que o Eduardo Paes fez, repassou para o Crivella e aqui você votou contra o projeto, que era para o município ter dinheiro para investir na saúde, para investir na educação, para investir no saneamento básico. Pagar R\$ 1 bilhão para o Santander, para outro banco. Para eles tem dinheiro.

Eu não vou me estender mais, Senhora Presidente, mas essa situação é escandalosa! Porque isso mata a população que está nas ruas, isso fecha os comércios. A quantidade de empresas que fecharam – o “bank boy” não fala – é justamente desse dinheiro que não é investido internamente. E nem quer saber de aumento aos professores, aos porteiros, às merendeiras, aos servidores públicos municipais, como é o caso desse projeto. Aí ele acha um escândalo. Menininho rico acha um escândalo.

Essa situação é lamentável, Senhor Vereador Leandro Lyra. Porque você vem pôr a culpa para a esquerda. Esse discurso é falido. Falido!





“Ah, a esquerda...” Está aí o vice-líder do governo fazendo uma vergonha, escondendo dinheiro na cueca. Você imaginou país que não tem corrupção? Onde o Senhor Jair Bolsonaro abraça esse cidadão, e o coloca como vice-líder. Está lá ele. A Polícia Federal foi pra cima. Você falou alguma coisa sobre isso?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador.

O SR. BABÁ – Já concluirei, já concluirei, Senhora Presidente.

Senhora Presidente, é para dizer ao Vereador Leandro Lyra, o bank boy, o menino cloroquina, que saiu do Partido Novo porque o Partido Novo não permitia reeleição e foi se acolher nos colos do Carlos Bolsonaro e do senhor Jair Bolsonaro, porque não tem coragem de disputar um processo eleitoral e precisa dos votos da família Bolsonaro para tentar se reeleger.

Eu encerro aqui, Senhora Presidente, para falar dos grandes culpados de este país estar quebrado, de as empresas terem falido, de não ter criança nas escolas, com dignidade, porque não tem, porque as escolas do município estão quebradas. O Crivella tem 59% de rejeição, 78% não aprovam a forma como ele dirige a cidade. Vai ser derrotado, e você vai se abraçar a ele como se abraçou ao Witzel. E está aí o Witzel, corrupto! São esses senhores que você está a querer, na verdade, jogar nas costas da esquerda.

Vocês são culpados de toda a crise que o nosso país vive hoje.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir, o nobre Vereador Leonel Brizola.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Obrigado, Presidenta Tânia Bastos. Quero ser rápido, até porque vou votar favorável à matéria. Agora, nós precisamos entender de fato o que acontece. O tíquete-alimentação, R\$ 12,00. Você imagina o que isso significa, em um país em que tudo aumenta, o arroz aumenta, o feijão aumenta, a carne aumenta, o aluguel aumenta. Você tem um custo altíssimo no Rio de Janeiro, uma das capitais mais caras do mundo.

Só é possível cuidar das pessoas – aqui utilizo o slogan daquilo que o Crivella mentiu, queria dizer que o Diabo é o pai da mentira, e não cuidou coisíssima nenhuma, cuidou do gado dele – valorizando o serviço público, valorizando o salário do servidor, investindo em educação pública, escola do povo laica, democrática, serviço de saúde, não essas contratações, terceirizações, precarizações como são promovidas país a fora.

Está o Vereador aqui que é um “poodle” do Bolsonaro, que é campeão de mentiras e inversões da verdade. Talvez, ele não tenha se dado conta dos 151 mil brasileiros, aliás, 151.747 que faleceram. Ele não entendeu. Ou dos mais de 19 mil cariocas, aliás, fluminenses, do Estado do Rio de Janeiro, que faleceram. Ele não compreendeu.

A Argentina tem 24 mil mortos. Quer dizer, o Rio de Janeiro, praticamente, proporcionalmente, tem mais mortes do que a Argentina inteira. E fica nessa tática perversa e cruel.

É preciso dar nome aos bois. É preciso dar nome aos bois. Quem garantiu estabilidade no emprego, neste país, foi a esquerda. O pleno emprego. Quem garantiu os direitos dos trabalhadores foi o campo da esquerda. Quem garantiu férias remuneradas, direito ao descanso ao domingo remunerado, 13º, 14º salários, aposentadoria digna foi a esquerda.

Quem é que industrializou esse país? Foi a esquerda. Quem é que investiu em tecnologia? Foi a esquerda. Quem é que criou o Sistema Único de Saúde, saúde gratuita a todos, nas suas maiores complexidades? Foi a esquerda.

Nós temos que separar.

O brasileiro tem que aprender de fato quem é a direita neste país. Quem é a direita? A direita é composta pelos ricos, pelos milionários, os que exploram os trabalhadores, que mandam dinheiro para fora do país. Essa é a direita que o Vereador, Excelentíssimo, nobre, magnífico, como ele gosta de ser chamado, Leandro Lyra, é o que ele defende. Aqui, nesta Casa, quem sempre defendeu o trabalhador foi o PSOL, o PDT, o PT. Um

ou outro de algum campo pode, porventura, fazer a defesa pontual. Então, isso fica claro.

O Brasil está sendo assaltado por esse gangsterismo do Bolsonaro. Vamos para mais de R\$ 1 trilhão da dívida pública. Desemprego, miséria, 10 milhões de famílias, neste momento, lambe-botas da bolsanarocracia, Leandro Lyra! Não têm como alimentar seus filhos, e o seu Prefeito negou comida às crianças da escola pública que precisavam do alimento em plena pandemia. Cruel, canalha alguém que nega alimento às crianças necessitadas. O tomógrafo dentro da igreja da família Crivella, mais de R\$ 500 mil, que Vossa Excelência não tem coragem de criticar. As praças, asfalto nos currais eleitorais da milícia e do tráfico de droga que estão sendo feitos na base miliciana do Crivella, que Vossa Excelência não tem coragem de criticar. Qual é a parte que o senhor não entendeu?

Mas entendo, compreendo e já falei aqui. É uma tática para que ele possa ser aceito por essa gentinha. É como se fosse tatuagem, então ele tem que tatuar cada vez mais. E o seu rosto, seu pescoço estão cheios delas para poder ser aceito por essa bolsanarocracia, por essa crivellocracia, ou seja, o vil metal, a força do vil metal. Eles agem na estrutura do governo, seja Bolsonaro, seja Witzel ou Crivella; agem como multinacional.

E como é que é? Como é que eles fazem? Precarizam os salários, ou seja, um trabalhador da multinacional trabalha as mesmas horas que a matriz estrangeira, mas ganha 20 vezes menos do que lá. O seu diretor aqui trabalha as mesmas horas que lá, mas ganha três vezes mais do que lá para impor essa superexploração do trabalho e esse distanciamento salarial. Basta ver os secretários do Crivella, ganham 20, 30 vezes mais do que os servidores. Tíquete-refeição de R\$ 12, se não é uma vergonha. Menos de R\$ 2,00 para as crianças se alimentarem por dia. Não é criminoso?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador.

O SR. LEONEL BRIZOLA – Vou concluir, Senhora Presidenta.

Então, vou votar favorável. Quero, Vereador Jones Moura, Vossa Excelência que gosta sempre de acusar o PSOL, a esquerda, de defender vagabundo, constantemente, que você veja quem é que vota com trabalhador, quem é que vota com servidor público, com a escola pública, com o hospital público. É o PSOL. Quem defende vagabundo são os ricos, os milionários, são os exploradores, são essas plataformas multinacionais que exploram por meio da entrega de comida ou da uberização do transporte e do trabalho em nosso país. Isso, no seu partido, está cheio.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. BABÁ – Para encaminhar a votação, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para encaminhar a votação, o nobre Vereador Babá, por delegação da liderança do PSOL, que dispõe de três minutos.

O SR. BABÁ – Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu agradeço. Pois bem, eu queria colocar essa situação, porque é muito grave.

O Banco Mundial estabeleceu premissas para o governo brasileiro, para fazer a reforma administrativa, que atinge profundamente os servidores públicos estaduais, federais e municipais, e a população, que é tratada por eles.

Sabe o que o Banco Mundial coloca? É que um dos problemas é a educação básica, porque o governo e as prefeituras teriam que aumentar em 33% o número de alunos, está certo, para poder causar mais doenças ainda aos professores, sem salário aumentado. É essa a situação.

O Banco Mundial coloca que um dos problemas que o governo está seguindo, da saúde, é a alta complexidade que o SUS banca com toda a dificuldade. Ele acha que não! Que os trabalhadores têm que ser só a educação e saúde básica e, se quiserem, têm que pagar plano de saúde ou irem a hospitais caríssimos aos quais eles não têm acesso.





Eu estou colocando essa situação, porque uma das orientações do Banco Mundial para a saúde é que os trabalhadores não tenham direito à alta complexidade. Eles têm que ir a busca da medicina privada ou do plano de saúde.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador.

O SR. BABÁ – Esse é o problema! E quero colocar mais, está certo? Para finalizar, porque isso atinge os servidores públicos, para os quais, o projeto do Vereador Jones Moura atua, para dar benefício a esses servidores, que estão com salário congelado há muito tempo, está certo, que é “um horror” para o Vereador Leandro Lyra, está certo?

O Ministro da Fazenda coloca que a reforma administrativa, em 10 anos, veja bem, vai economizar R\$ 300 bilhões. Só que, no ano que vem...

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, o tempo de Vossa Excelência já se excedeu.

O SR. BABÁ – ...eles vão pagar 2 trilhões – sete vezes mais em um ano do que eles dizem que vão economizar em 10!

Agradeço, para poder colocar que essa situação é muito grave e nós temos clareza do que nós estamos fazendo, do que a bancada do PSOL está fazendo. E esse projeto é corretíssimo! Mesmo com as divergências que nós temos com o autor, mas o projeto dele é corretíssimo em defesa de professores que estão aí.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo mais quem queira encaminhar, a Presidência colocará em votação o Projeto de Lei nº 1.883/2020.

Em votação.

(Os senhores vereadores registram seus votos)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Está encerrada a votação.

(Concluída a votação nominal, constata-se que votaram SIM os Senhores Vereadores Átila A. Nunes, Babá, Carlo Caiado, Cesar Maia, Dr. Carlos Eduardo, Dr. Gilberto, Dr. Jairinho, Dr. Jorge Manaia, Dr. Marcos Paulo, Eliseu Kessler, Fátima da Solidariedade, Felipe Michel, Fernando William, Inaldo Silva, Italo Ciba, Jair da Mendes Gomes, Jones Moura, Jorge Felipe, Junior da Lucinha, Leonel Brizola, Luciana Novaes, Luiz Carlos Ramos Filho, Major Elitusalem, Marcelino D’Almeida, Paulo Messina, Paulo Pinheiro, Prof. Célio Lupporelli, Professor Adalmir, Rafael Aloisio Freitas, Reimont, Renato Cinco, Tarcísio Motta, Teresa Bergher, Vera Lins, Veronica Costa, Wellington Dias, Willian Coelho, Zico e Zico Bacana 39 (trinta e nove); e que votaram NÃO os Senhores Vereadores Carlos Bolsonaro e Leandro Lyra 2 (dois). Presentes 42 (quarenta e dois) senhores vereadores. Impedida regimentalmente de votar a Presidente. Votando 41 (quarenta e um) senhores vereadores)

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Presentes 42 (quarenta e dois) senhores vereadores. Impedida regimentalmente de votar a Presidente. Votaram SIM 39 (trinta e nove) senhores vereadores; e NÃO, 2 (dois) senhores vereadores.

O Projeto de Lei nº 1883/2020 está aprovado.

Dispensada a redação final, segue a autógrafa.

Para declaração de voto, o nobre Vereador Leandro Lyra, que dispõe de três minutos.

O SR. LEANDRO LYRA – Presidente, eu queria mais uma vez destacar que o meu voto foi contrário a essa matéria porque para mim não é minimamente razoável, num momento de crise pelo qual o país passa; com milhões de brasileiros passando por dificuldades e milhares de empresas falidas com o desemprego abundando, não só na Cidade do Rio de Janeiro, mas, no estado e no país como um todo; em um momento em que todos precisam apertar os cintos, é absolutamente absurdo você

ter reajuste salarial para a máquina pública nesse momento. É realmente falar que essa Câmara pouco se importa com a realidade dos brasileiros que estão aí fora sustentando o salário dessa Câmara e de todos os demais servidores do país com seus impostos e com o fruto do seu trabalho. Então, não era momento para a gente ter essa votação. Infelizmente, a gente teve um placar como esse que a gente viu hoje.

Eu queria também aproveitar essa minha declaração de voto, Presidente, para falar o seguinte. Quero perguntar ao Vereador Renato Cinco que é tão defensor do lockdown, se Vossa Excelência defende o lockdown ainda hoje? Eu vou dar para Vossa Excelência uma estatística da Argentina. Foram 80% da população com a saúde mental afetada. A inflação ficou em 55%. A taxa de pobreza foi para 41%. O Vereador Brizola falou da Argentina, do número de casos, mas, se esqueceu de fazer a regra de três. Se Vossas Excelências fizerem a regra de três, verão que a Argentina hoje está pior que o Brasil, justamente por conta desse lockdown que Vossa Excelência defende.

Eu queria falar também para o Vereador Brizola que está tratando dos preços no país. Foram vocês que defenderam parar a economia. Para a economia e veja se os preços não vão continuar subindo. Aí, não se vai ter problemas apenas com o preço do arroz, mas, vai faltar arroz no país. Era isso que vocês queriam para fomentar uma crise.

Eu queria falar também para o Vereador Brizola que Vossa Excelência falou de dinheiro para o exterior. Dinheiro para o exterior ia para fazer obra em Cuba, para fazer obra na Venezuela nos governos de esquerda que Vossa Excelência defende, que deixaram esse legado de desemprego que, agora, a gente tenta corrigir na direita, com um governo de direita no país.

Eu queria concluir, Presidente, falando para o Vereador Babá o seguinte: Vossa Excelência sempre vem aqui falar de questão de dívida pública, de dinheiro dos banqueiros, queria falar para Vossa Excelência o seguinte: pegue a taxa histórica da taxa Selic e veja qual foi o governo que colocou ela no menor patamar que já teve. Pegue Vossa Excelência e veja como é que a taxa de juros hoje está em 2% e no governo da Presidente Dilma, que Vossa Excelência defendia, sabe quanto ela batia? Batia nos 14,25%, era sete vezes mais. A gente tem os juros no menor patamar histórico do país. Para Vossa Excelência poder fazer esse cálculo de maneira devida. Bote a mão na consciência, é uma aritmética básica.

Vossa Excelência tem uma formação, sabe muito bem fazer conta, pelo menos essa de dividir: quatorze dividido por dois, dá sete. É sete vezes menos. Dois por cento, mínimo histórico, são centenas de bilhões de reais economizados pelo governo e Vossa Excelência vem bater nessa tecla.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador.

O SR. LEANDRO LYRA – E para concluir, Presidente, agora, eu queria só falar aqui, quem tem contato de banqueiro é o candidato do PSOL. Eu vou até dar o nome dele aqui, de maneira devida, é o candidato de Duque de Caxias, Wesley Teixeira do PSOL, que recebeu doação do Armínio Fraga, de R\$ 30.000,00, do Gávea Investimentos para a campanha do PSOL. Recebeu, veja só, campanha do João Moreira Sales, R\$ 15.000,00, membro do Conselho de Administração do grupo Itaú Unibanco. E veja só, da Beatriz Bracher – nem sei como é que pronuncia esse nome, rapaz – R\$ 30.000,00. Herdeira de banqueiro também. Justamente, é o próprio PSOL que recebe as doações e vem aqui querer falar dos outros. Pelo amor de Deus. Olha um pouco para o próprio quintal, antes de vir apontar dedo. Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para declaração de voto, o Vereador Jones Moura, que dispõe de três minutos.

O SR. JONES MOURA – Obrigado. Presidente, eu queria dizer para todos que eu creio que Deus existe e a minha fé e para que Deus possa sempre tocar no coração das pessoas, para que as pessoas façam o bem. E que nós possamos fazer isso, todos nós sempre. Eu queria demais agradecer a Deus pelo que Ele fez por nós hoje e dizer o meu agradecimento aqui a todos os servidores do Município do Rio de Janeiro que foram lá





nas redes sociais, nos acompanharam essa plenária. Foram muitos. Eles estão dizendo aqui, eu fiz uma live direto, peguei tudo que aconteceu, estão dizendo aqui que estão eternamente gratos pela votação de todos vocês, todos vocês. Eu queria demais agradecer aos servidores que foram muito guerreiros nessa luta.

Eu aqui sou apenas um porta-voz. Primeiro, agradecer a Deus, depois a todos os servidores que participaram dessa batalha, dessa luta, foram dois meses muito angustiantes e agora eu quero agradecer demais a cada vereador aqui da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A cada um de vocês, a cada um de vocês que se posicionou diante, não é do sistema, não, se posicionou pelo que acredita, que os servidores são merecedores de um pouco só, só um pouco de refrigério, só um pouco de oxigênio, só um pouquinho de bonança. Os servidores querem um pouquinho de paz, só um pouquinho.

Porque aí depois, agora segue à sanção, aí tem a questão do veto, aí volta para cá para a questão do veto, e depois, vai tentar ajuizar e a gente não vai parar de lutar, parece que nunca acaba. Mas eu tenho certeza de uma coisa, Vereadores, a todos vocês, eu tenho certeza que muitos servidores que admiram cada um de vocês hoje estão dizendo assim: como eu admiro aquele vereador “x”, aquele vereador “y”, aquele outro vereador lá que eu votei nele, eu estou admirando ele também; aquela outra vereadora, também eu admiro ela pela coragem e porque ela entende que os servidores são importantes e têm valor. Parabéns, vereadores.

E aqueles que votaram contrário, eu tenho certeza também que vão pegar tudo isso, vão refletir, vão repensar e nós estamos aqui para ajudá-los a entenderem que pessoas sofrem.

Para concluir, Presidente: 144 mil servidores e seus familiares hoje agradecem a todos vocês, vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, que se posicionaram diante da Lei Federal nº 173 e seus efeitos aqui na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Parabéns, vereadores.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Babá, que dispõe de três minutos.

O SR. BABÁ – Senhora Presidente, eu tenho a tranquilidade de colocar meus posicionamentos aqui, porque, inclusive, sempre fui contra esse processo do endividamento brutal que leva este país à crise que nós estamos atravessando. Sempre. Passou pelo Governo Fernando Henrique, do Lula, da Dilma, do Temer, ao qual o senhor apoiou, e do Bolsonaro. Nisso, tenho tranquilidade.

Como tenho tranquilidade para dizer ao vereador que eu faço parte da Corrente Socialista dos Trabalhadores, da qual eu me orgulho bastante, e nós lançamos uma nota frontalmente contrária a que o candidato a vereador por Duque de Caxias recebesse dinheiro de Arminio Fraga e do herdeiro do Itaú. Se quiser, pode procurar. Porque nós somos frontalmente contrários a essa situação.

Agora, ao senhor vereador que defende o sistema financeiro, essa situação da queda da economia mundial, que você não acompanha, é justamente sobre os juros, a baixa do mercado. Neste processo, você é contra é dar direito aos servidores públicos. Você é contra, como o seu orientador, Carlos Bolsonaro; como o pai dele, que disse que acabou a corrupção, quando, na verdade, o vice-líder dele fez uma coisa vergonhosa, antontem, quando a Polícia Federal foi em sua casa. Disso você deveria falar aqui. Por que não fala?

O Vereador Jones Moura sabe que temos divergências, mas este projeto está extremamente correto, porque defende os interesses dos servidores públicos, que estão sendo massacrados com salários congelados, há anos. Um último dado: no ano que vem, o Governo Bolsonaro quer privatizar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e já retirou 50 itens dos direitos trabalhistas dos trabalhadores dos Correios. Tanto que estes fizeram uma greve de 35 dias.

Você sabe quanto colocaram no Congresso para vender os Correios? Essa instituição histórica, que o Paulo Guedes enche a boca para falar? Foram R\$ 15 bilhões. No ano que vem, o Governo vai pagar pouco mais de R\$ 6 bilhões, ao dia, o que significa que o valor dos Correios e Telégrafos equivalem a dois dias e algumas horas do que recebem os banquei-

ros. Aí é que está o problema. É essa a situação que tanto o senhor quanto o Governo Bolsonaro defendem. Ele não quer, de forma nenhuma, que se desdobre a situação sobre a sua esposa ter recebido R\$ 89 mil de um miliciano que trabalhava junto com o filho dele, e que está respondendo a um processo.

Então, é corrupção. E nós temos clareza de como os servidores públicos municipais, estaduais e federais merecem ser tratados e nós fizemos hoje uma marcha com 100 carros nas ruas desta cidade contra a reforma administrativa...

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, o tempo de Vossa Excelência já excedeu o tempo.

O SR. BABÁ – ... Porque hoje é o Dia dos Professores. Dia 28 vai ter o Dia do Funcionário Público.

E essa situação, nós vamos lutar para impedir a privatização dos Correios, da Petrobras, como eles querem entregar a preço de nada, como fez Fernando Henrique, lá atrás. Nós vamos à luta. Mas, você, como nunca lutou na vida, está certo? Não sabe nem o que é isso, a não ser lutar para defender os banqueiros. Isso, sim.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Italo Ciba, que dispõe de três minutos.

O SR. ITALO CIBA – Obrigado, Presidente. Obrigado a todos que nos assistem.

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Jones Moura. Apesar de ser morador de Nova Iguaçu, eleito pela Guarda Municipal. Porém, ele está preocupado, realmente, com o nosso Rio de Janeiro, o nosso Município do Rio de Janeiro. Porque a gente está vendo, aí, a covardia. Ficam brigando lá em cima. Mas nós somos vereadores, legisladores, e não podemos deixar o nosso Rio de Janeiro falir. E, realmente, nós estamos vendo como está sendo conduzido nosso Rio de Janeiro.

Nós temos que nos posicionar e ser gente, independentemente de ser eleito ou não. Esta Câmara não é palanque eleitoral, não. Esta Câmara é de leis. E nós temos que ser inteligentes e brigar pelo nosso município, pelo nosso Rio de Janeiro, pelo povo do Rio de Janeiro, por todos que ocupam o Rio de Janeiro. A nossa Câmara tem que se posicionar. Vereador é para ajudar prefeito. Ajudar a quem ajuda o Rio de Janeiro.

Então, meus parabéns por esse projeto. Mesmo sendo de Nova Iguaçu, ele se preocupou com o Município do Rio de Janeiro, o funcionalismo público. E nós temos que estar juntos e somar. Nós não podemos é deixar a peteca cair e deixar abafarem o nosso município. O Rio de Janeiro tem que estar forte. Isso aqui é a capital mundial do turismo. Então não podemos deixar apagar isso aí, não. Nós temos que estar juntos e proteger nosso Rio de Janeiro.

Eu sou Vereador do Rio de Janeiro. Sou natural de Sergipe. Mas considero-me um carioca nato! E vou brigar pelo Rio de Janeiro o tempo que for, com qualquer arma. Se tiver que buscar arma importada, como aconteceu com esse coronavírus maluco... Eu fui buscar. Tentei ajudar. E vou ajudar sempre o nosso Rio de Janeiro.

Então, o Jones Moura está de parabéns. Nós temos que nos juntar. Vamos somar, vamos ajudar nosso Município do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para declaração de voto, o nobre Vereador Reimont, que dispõe de três minutos.

O SR. REIMONT – Quero parabenizar o Vereador Jones Moura. E dizer, Vereador Jones Moura, nós, os vereadores, e de modo particular aqueles que compreendem a importância do serviço público, nós estamos muito honrados com a sua proposta. E, portanto, por isso, votamos favoráveis a ela.

Eu acho, viu Jones Moura?, que a gente tem que ter muita tranquilidade para a gente compreender que há muita fala, sabe? Há muita fala. Há muita conversa, muito tititi, muita conversa que não leva a lugar ne-





nhum. Pessoas que vestem camisa “ama o Brasil” e que, na verdade, são inimigos do Brasil. Se pudessem, apenas exploravam o Brasil e fariam eternamente continência para a bandeira americana, para a bandeira israelense, não é? Para o capital internacional, para as superpotências. Não têm compromisso nenhum com o povo brasileiro.

Eu quero dizer que o servidor do Município do Rio de Janeiro, nesses últimos quatro anos, foi muito castigado pelo Prefeito Marcelo Crivella, haja vista a questão da educação. O número de cargos da educação, de professores, é uma coisa assustadora no Município do Rio de Janeiro. Eles fazem uma coisa errada. E, depois, para consertar uma coisa errada, eles fazem outra coisa errada e acham que consertam, e não consertam. Um descaso, um desleixo o tempo todo.

Nesse sentido, Vereador Jones Moura, eu quero dizer ao senhor que nós votamos sempre a favor dos educadores, sempre a favor dos servidores. É preciso compreender que a máquina da Prefeitura destarte do que o prefeito vem fazendo com ela, do que a atual governança da cidade tem feito com ela, que é destrata-la, maltrata-la, pisoteia-la, ela vem segurando a onda da Cidade do Rio de Janeiro.

Aí, a gente precisa ter muita clareza: quem defende o servidor público é quem reconhece o poder, é quem reconhece a capacidade, é quem reconhece a importância do servidor público na Cidade do Rio de Janeiro. Se a gente for conversar, a gente vai ter que pegar uma ponta desse alinhavo e puxar muito.

Outro dia, o vereador que esbraveja, esbraveja, esbraveja e diz que não pode, que isso é um absurdo, que é uma irresponsabilidade, que é isso, que é aquilo; outro dia, teve lá os guardiões do Crivella ganhando rios de dinheiro. Não rio de dinheiro para cada um deles, mas a soma deles, tirando o dinheiro da saúde, tirando dinheiro da Prefeitura para pagar pessoas para ficar na porta dos hospitais para dizer que a saúde vai muito bem, obrigado, em uma cidade que já matou mais de 11 mil pessoas, fruto da irresponsabilidade da Prefeitura.

Nós que lutamos pelo isolamento social, nós que lutamos pelo fechamento das escolas, e nós somos responsáveis por não ter tido mais mortes do que tiveram. É exatamente o contrário. É falácia o que eles dizem: “Ah, o governo fez isso!”. O governo não fez nada. O governo é inoperante. O governo Bolsonaro é irresponsável. Irresponsável e genocida! Aí, na hora de votar um processo para fazer uma investigação, o vereador vota contra! Depois, já não pode dar aumento para professor, para servidor, para guarda municipal. Não pode dar aumento para o servidor da Prefeitura, mas pode pagar os guardiões do Crivella.

Por que ele não votou favoravelmente à abertura do processo de impeachment? Sabem por quê? Porque isso é covardia, é desrespeito. Rasgou o diploma. Foi isso! Pegou o diploma de vereador e fez isto, olha, rasgou o diploma. Agora, vem aqui dizer o quê? Vem dizer que não pode dar aumento para servidor.

É a mesma onda do Paulo Guedes, a mesma onda lá de Brasília do Governo Bolsonaro, a mesma onda daqueles que querem retirar direitos o tempo todo. Por quê? Porque, está certo o Vereador Babá: a única coisa que ele sabe fazer é defender os bancos.

Vereador Babá, queria lhe dizer uma coisa: essa denúncia que fazem aí contra um caso ou outro do seu partido, isso, na prática deles, é determinado... Eles são determinados para defender os banqueiros, e os seus mandatos são mantidos por essa turma aí de empresários, o tempo todo.

A gente sempre com a cabeça erguida. Eu tenho a cabeça erguida, tranquilo, sigo em frente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, por favor.

O SR. REIMONT – Defender o servidor, parabéns Vereador Jones Moura! Parabéns pela sua coerência! Vamos seguir em frente. Defender o servidor é defender o Município do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Pela ordem, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pela ordem, o nobre Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Obrigado, Presidente. Eu aguardei aqui, pacientemente, as declarações de voto.

Eu queria saber se o Vereador Dr. Jairinho ainda está pela Sessão. Eu queria fazer um pedido a ele. Eu já falei no discurso inicial, mas eu queria detalhar um pouco, pedir uma ajuda. É uma ajuda que os servidores estão pedindo ao governo. Como está difícil ter essa informação diretamente do órgão, eu queria fazer esse pedido ao Vereador Dr. Jairinho que é Líder do Governo na Casa e explicar uma situação grave que está acontecendo na Prefeitura do Rio de Janeiro.

A RioSaúde, vocês sabem perfeitamente, vem assumindo o lugar de várias OSs. Acho até que com muita vantagem. A RioSaúde, hoje, são quase 160 unidades de saúde sob seu controle, sob sua gestão. Possui, hoje, em torno de 17 mil profissionais. Ela hoje caminha para ser quase uma Secretaria de Saúde.

O que vem acontecendo com a RioSaúde? Ela vem tendo problemas, evidentemente, com essa mudança rápida, vem tendo problema em se adaptar a essa realidade. Está acontecendo um caso muito grave, que independe dessa mudança, independe de tudo. É um caso grave. Os profissionais que trabalham na RioSaúde, que são desde o médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, funcionário administrativo, os agentes administrativos, que são um grande número, estão sendo muito prejudicados, como todos esses outros profissionais, pela suspensão da entrega do tíquete-refeição. Aconteceu em setembro e se repete em outubro.

Esses funcionários, principalmente os funcionários de nível médio e fundamental, que são funcionários que fizeram uma prova seletiva, um concurso, são funcionários que trabalham dentro de um órgão, de uma empresa pública municipal, são empregados públicos municipais, eles estão sofrendo um grave problema, que é a falta da alimentação. Muitos estão tirando parte do seu salário para não faltar ao trabalho. Eles trabalham em Clínicas da Família, trabalham em UPAs, trabalham até em hospitais.

E esses profissionais não recebem um valor importantíssimo que, é o valor que está até abaixo da necessidade, mas é um valor a que eles tinham direito, que recebiam anteriormente das OSs, depois a RioSaúde começou a pagar, que é o tíquete- alimentação. O que nós estamos pedindo, eles não têm noção, a informação é confusa.

Primeiro, é que a empresa que entregava o vale não quer mais. Está fazendo uma licitação. Aí foi marcada, já por quatro vezes, a informação, houve adiamento desse novo contrato com uma nova empresa. E o que acontece é que esses profissionais têm dificuldade já de se locomoverem. Também houve um momento em que o vale-transporte também parou de ser entregue. Resolveram parcialmente. Agora, o vale-alimentação é absolutamente essencial para quem trabalha nessas áreas. São muitos profissionais.

Então, eu queria pedir ao Vereador Dr. Jairinho que pudesse dar uma explicação. Eles todos estão, conversei com vários profissionais, todos estão aguardando que a gente dê uma resposta a eles. O que está acontecendo? O que o Vereador Dr. Jairinho pode apurar com a direção da RioSaúde?

A gente já esgotou a conversa... não recebi resposta da RioSaúde. E acho que o melhor caminho é o Líder do Governo, é uma coisa muito importante, Vereador Dr. Jairinho, que se pudesse acalmar, tranquilizar, dar uma... O que está acontecendo e qual é o prazo para que eles possam receber? Não há outra maneira de a Prefeitura, não é o caso, a RioSaúde resolver esse problema? Depositar? Porque, um detalhe mais grave: os funcionários estão sendo descontados desse valor, desse vale-refeição, do seu salário. A parte que você tem de pagar está sendo descontada. Ou seja, não recebem e ainda são descontados desse valor.

É muito importante, porque não é um problema só, somente esse problema. Também, nessas unidades de Saúde, da RioSaúde, várias empresas estão sem receber. E o que acontece? No Hospital Ronaldo Gazzola, três empresas demitiram profissionais, não pagaram seus direitos e hoje estão com atrasos de salários.

Na questão da alimentação, é a Master Prime, a HB e a Nascente. Essas três empresas, junto com a Romana, que é outra empresa que trabalha com os porteiros, não estão pagando os salários e alegam que não recebem o dinheiro da RioSaúde.



Então eu queria solicitar, fazer um apelo ao Vereador Dr. Jairinho, Líder do Governo, para que pudesse procurar a direção da RioSaúde e trazer uma resposta para nós sobre o que vai acontecer. Qual é o tempo para eles esperarem? O que vai acontecer e como é que a RioSaúde pode resolver e agilizar a solução desse problema?

Os porteiros da empresa Romana estão com os salários atrasados. Como é que a RioSaúde pode nos explicar, o que é que ela vai fazer para pagar a quem deve, para que esses profissionais não continuem trabalhando dois meses sem receber o vale- alimentação e mais de três meses sem receber os seus salários?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador, para concluir, por favor.

O SR. PAULO PINHEIRO – Dito isso, eu pediria ao Vereador Dr. Jairinho que pudesse, evidente que não agora, nos trazer uma resposta sobre isso o mais rápido possível. Se ele pudesse até ligar para mim, no telefone particular, eu gostaria de conversar com ele.

Muito obrigado, Senhora Presidente. Espero que a gente possa ter uma resposta e repassá-la a esses profissionais que continuam trabalhando. Não pararam de trabalhar.

O SR. REIMONT – Para comunicação de liderança, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para comunicação de liderança, o nobre Vereador Reimont, líder do PT, que dispõe de cinco minutos.

O SR. REIMONT – Senhora Presidenta, eu vim trazer aqui um tema que eu considero muito importante para a gente poder cuidar dele. Eu vou aqui falar sobre as Feirartes da Cidade do Rio de Janeiro e também sobre as Feiras de Economia Solidária.

Nós temos vivido um momento, Senhora Presidenta, eu vou hoje, ainda, tentei já falar, e eu sempre sou muito bem atendido por ele, vou tentar falar ainda hoje com o senhor Claudio, que responde pelo expediente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e de Inovação (SMDEI).

Mas, assim, o que a gente está vivendo é que o Decreto e a Lei das Feiras de Economia Solidária e a Lei da Feirarte têm sido muito desrespeitados na cidade. Nós temos, infelizmente, fatiado a cidade, arrendado a cidade, alugado a cidade, privatizado a cidade.

Vou dar alguns exemplos.

A Feirarte, da Praça Sáenz Peña, ela acontece todas as sextas e sábados. Pois bem, agora autorizaram uma feira na Praça Saens Peña, que ela acontece de segunda a quinta-feira, de certa forma, acarretando uma ocupação maior do que a praça pode suportar.

E aí, quando chega na sexta e no sábado, os feirantes da Feirarte, que são regidos pela Lei nº 1.533, que são feirantes que produzem o seu material e que, portanto, fizeram concurso na Secretaria de Cultura para a Feirarte, que é uma feira regida por lei e ela é, de certa forma, tomada por feirinhas.

Todo mundo sabe o que eu defendo. Eu defendo que todo mundo que queira trabalhar nesse município possa trabalhar, tenha espaço para trabalhar, mas é preciso a gente reconhecer que não dá para você colocar tudo num espaço só.

As feiras de economia solidária têm sofrido absurdamente. Quando chegam para ocupar o espaço que, pelo decreto, é espaço que elas devem ocupar, tem as feiras, que são as feiras sazonais, as feiras de autorização temporária.

Outro dia disseram para eles assim: “ah! Entra ali no meio, dá um empurrão pra lá, um empurrão pra cá, se ajeita para ficar todo mundo”, quando, na verdade, a gente, inclusive, está num tempo que exige um certo distanciamento. E as feiras de economia solidária são de trabalhadores e trabalhadoras que precisam dessas feiras para levar o seu sustento para casa, pessoas que estão passando necessidade e passando fome. E,

portanto, nesses espaços não se pode ter essa autorização para ter conflito de ocupação.

Volto a dizer, sou um defensor rigoroso de que todo mundo tenha o direito de trabalhar, mas você não pode dar um direito a alguém, se esse direito, de certa forma, é um direito que usurpa o direito do outro. É preciso respeitar os espaços das feiras de economia solidária. É preciso respeitar o espaço das Feirartes da Cidade do Rio de Janeiro.

Vou falar ainda hoje, vou ligar daqui a pouco para o Doutor Claudio, que sempre me atende muito bem, para a gente tentar encontrar um caminho para isso, porque, quando nós fizemos a Lei nº 6.272, que é a lei que atualizou a Lei nº 1.876 do comércio ambulante, nós dizemos lá na lei, não pode ter um ambulante vendendo pão na porta de uma padaria. Não pode ter um ambulante vendendo sorvete na porta de uma sorveteria e nem pode ter um ambulante vendendo cachorro-quente na porta de uma lanchonete. Você tem os distanciamentos e a cidade tem espaço para isso.

Agora, por que é que eu vou colocar uma feira arrendada, essa feira que algumas pessoas tomam o direito para elas e depois vendem boxes por R\$ 140, R\$ 150 por dia. Diversos boxes, 100 boxes, 150 boxes dentro de uma mesma feira. Esse dinheiro, inclusive, nem é um dinheiro que vai na sua totalidade para a Prefeitura.

E aí essas feiras ocupam o espaço onde estão as Feirartes, como é o caso da Praça Saens Peña, como é o caso das feiras de economia solidária. A Feira de Economia Solidária, ela tem o circuito, tem o decreto, tem a lei. A Feirarte tem a lei. É preciso que isso seja respeitado, as pessoas precisam compreender isso. Em tal dia, a Feira de Economia Solidária vai estar na praça tal, isso é determinado pelo decreto da Prefeitura e está sendo descumprido.

Então, Senhora Presidente, a minha comunicação de liderança é para dizer aqui ao parlamento que eu sempre tenho uma relação muito boa com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI), com o Secretário, Doutor Claudio. Hoje vou tentar me reportar a ele de novo, mas eu quero dizer, está ficando muito ruim esta ocupação desordenada da cidade. É como se a cidade tivesse sido arrendada, tivesse sido vendida, tivesse sido privatizada. O espaço público está sendo privatizado e a gente tem que cuidar disso.

Muito obrigado, Senhora Presidente.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhora Presidente, eu só esqueci um pequeno detalhe da minha colocação anterior.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Pois não, Vereador.

O SR. PAULO PINHEIRO – Um minuto a mais, pode ser? Solicitar que o Dr. Jairinho – eu estou tentando entrar em contato, mas não estou conseguindo –, se ele puder entrar em contato pelo WhatsApp dos vereadores, mandar uma mensagem pra mim, dar o seu telefone, para conversar com ele sobre um assunto que é muito angustiante, muita gente me pedindo para que eu possa ver essa situação, porque a RioSaúde passou de todos os limites da nossa espera, tá bom?

Quando o Vereador Dr. Jairinho estiver ouvindo em algum lugar, que ele possa entrar em contato comigo pelo WhatsApp dos vereadores, porque precisava falar com ele com urgência.

Muito obrigado pela sua gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Passemos à matéria seguinte:

ANUNCIA-SE

EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL  
EM REGIME DE PRIORIDADE  
EM 1ª DISCUSSÃO  
EM 1ª SESSÃO  
QUÓRUM: MS

PROJETO DE LEI Nº 1943/2020 (MENSAGEM Nº 182/2020), DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE “ESTIMA A RECEITA E



FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021”.

\*Prazo 15/12/2020.

PARECER DA COMISSÃO DE:

Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira. FAVORÁVEL. Relatora Ver. Rosa Fernandes.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PINHEIRO – Para discutir, Senhora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para discutir a matéria, o nobre Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Senhora Presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, estamos mais uma vez chegando em momento importante da nossa atividade legislativa.

Durante esses anos todos em que estou na vereança, eu tenho sempre participado. Acho que é um dever e uma obrigação nossa participar da discussão do orçamento. O orçamento é algo importante. As receitas e as despesas precisam ser muito bem discutidas. E essa é uma das nossas funções.

Em um momento como esse, de eleição, a gente tem visto e participado de alguns debates com pessoas que pensam em vir para a Câmara e etc. Há um desconhecimento muito grande em relação ao que o vereador pode fazer. Muita gente, muito bem intencionada, acha que pode, deve e vai conseguir fazer determinadas coisas impossíveis.

Mas uma das coisas que as pessoas não conseguem entender, e que tem uma participação muito importante do vereador, é a discussão do projeto de lei orçamentária. Tenho acompanhado, por isso montamos a nossa equipe no parlamento, e os vereadores sabem perfeitamente disso, porque precisamos de gente pra trabalhar. Ninguém domina, no parlamento, todos os detalhes de todas as áreas.

Por exemplo, na área de orçamento, a gente precisa ter uma assessoria importante que, durante o ano inteiro, possa discutir com a Prefeitura não só a elaboração – fazer emendas a esse orçamento –, como também, depois, a fiscalização da utilização desses recursos.

O que estamos vendo de fato é muito interessante. E que é preciso que a gente possa discutir. Já vi, hoje, publicadas as datas das Audiências Públicas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira já apresentou as datas. Temos as datas já a partir do dia 19 de outubro. Vamos ter as Audiências Públicas para discutir o orçamento.

Mas uma coisa interessante, muito interessante, que vai ser preciso discutir muito, dessa maneira. Todos os anos eu tenho feito críticas. Fiz quase que oito anos seguidos, senão sete anos seguidos, essa crítica ao então Prefeito Eduardo Paes. Depois, fiz durante três anos seguidos ao Prefeito Crivella.

Você passa quatro anos daquele governo, com propostas orçamentárias absolutamente absurdas. Você sabe que naquele ano você faz uma proposta para o ano que vem, que é muito maior do que a arrecadação que você recebeu no ano anterior. Ou seja, fantasia pura. Você não vai ter aquele orçamento.

E aí, o que acontece? As despesas são inteiramente alteradas. Você não pode propor algo que não vai ter. É o que estamos vendo, e vemos isso ano a ano dos governos, principalmente no Governo Crivella. Vimos todos os anos que a proposta orçamentária do ano seguinte é absolutamente absurda em relação à possibilidade de arrecadação.

No primeiro ano do Governo Crivella, a responsabilidade não era do Prefeito Crivella. Ou seja, o orçamento para 2017 foi um orçamento enviado à Câmara pelo prefeito anterior que saiu. Então, o que aconteceu? Nesse primeiro ano, a diferença entre o orçamento que foi mandado para o Governo Crivella e a arrecadação do Governo Crivella ultrapassou a diferença. O orçamento era quase R\$ 4 bilhões a maior do que aquilo

que foi arrecadado. Mas, no ano seguinte, era o momento de o prefeito corrigir. E, mais uma vez, não corrigiu. Vem novamente o orçamento. Ele arrecadou menos R\$ 4 bilhões do que orçamento. E, no ano seguinte, ele faz outro orçamento acima da realidade.

Qual a surpresa que vi na chegada da Lei Orçamentária? Pela primeira vez, no último ano de governo, ou seja, quando ele está fazendo um orçamento para o ano seguinte, o orçamento do ano de 2021 é menor do que o orçamento de 2020. Pela primeira vez, parece que bateu – não sei se é isso; acho até que não é – algum tipo de responsabilidade na cabeça das autoridades que fazem o orçamento para o prefeito e viram que não é possível para 2021 mandar um orçamento com as ilusões que aconteceram nos orçamentos para 2018, para 2019 e para 2020. Ou seja, temos um orçamento menor, para o ano que vem, do que o orçamento deste ano. E, aí, o que vai acontecer? Vamos ter que discutir nessas audiências públicas, discutir muito e cobrar muito das autoridades, dos ordenadores de despesa, dos secretários, exatamente qual é a razão e como é que eles vão vivenciar isso.

Temos outra surpresa: o Prefeito Crivella, que todos os anos manda, em outubro, um orçamento para a Saúde; a gente aprova em novembro aquele orçamento; chega fevereiro, março, quando ele reabre o orçamento, a primeira medida que ele fez, em 2017, em 2018, em 2019, em 2020, foi retirar de R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão da Saúde e botar em outras áreas. Fez isso sempre. Mais uma diferença no trabalho do Prefeito Crivella para o ano que vem...

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Para concluir, Vereador Paulo Pinheiro.

O SR. PAULO PINHEIRO – Vou concluir.

Mais uma vez, uma diferença grande em relação a isso: porque, para o ano que vem, ele está mandando um orçamento da Saúde maior, para 2021, do que ele mandou para 2020.

Precisamos entender a cabeça das autoridades para isso. Precisamos entender como é que a Secretaria de Saúde vai pensar isso. Ela vai ter, pela primeira vez, um orçamento maior, maior do que aquilo que se pensava que existiria. Ou seja, ultrapassa os R\$ 6 bilhões o orçamento, proposto na Lei Orçamentária, para a área da Saúde.

Não sei se ainda tenho tempo para terminar. Ainda tenho tempo, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não, Vereador Paulo Pinheiro. O senhor já excedeu seu tempo.

O SR. PAULO PINHEIRO – Já excedeu? Então, posso deixar para a próxima Sessão? Completo na próxima Sessão, pode ser? Porque eu precisava ainda falar um pouquinho mais, e o tempo... Acabou a Sessão?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador Paulo Pinheiro, Vossa Excelência pode concluir.

O SR. PAULO PINHEIRO – Posso concluir?

Então, o que temos que rediscutir? Esses orçamentos importantes. Com a diferença de que estamos vendo que este ano, por exemplo, as transferências do SUS, por causa da pandemia, evidentemente, foram muito maiores do que eram as anteriores. Será que vamos ter esse mesmo volume de recursos para o ano que vem? Ou seja, como é que está sendo dividido? Como é que, mesmo tendo um orçamento maior, neste primeiro orçamento enviado para a Câmara pela Prefeitura, estamos vendo uma série de cortes na maior parte das unidades de saúde? Por que isso? Qual é a explicação, se estamos tendo um orçamento maior e cortes maiores nas unidades de saúde?

Precisamos ver e precisamos discutir o tão famoso... o que o Prefeito falou tanto este ano, a Secretaria de Saúde falou tanto para a gente: que teríamos um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Queremos ver o que está pensado; como é que se está pensando o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a próxima gestão. Ele foi incluído? Ele foi discutido? Em que parâmetros ele está sendo discutido? Como é que ele foi tão discutido



aqui na porta, nas eleições, e como é que ele vem na discussão dos valores orçamentários decididos para isso.

Portanto, precisamos participar de todas essas audiências públicas e rediscutir. Porque isso é para o próximo Governo, que não sabemos quem é, mas é para a mesma população que, hoje, cobra da gente um estudo e uma participação maior dos vereadores nessa discussão.

Senhora Presidente, agradeço. Terminei pedindo, mais uma vez, ao Vereador Dr. Jairinho que, se ele puder, entre em contato comigo, porque eu gostaria muito de falar com ele ainda hoje.

Muito obrigado, Senhora Presidente.

O SR. JONES MOURA – Presidente, estou com uma questão de ordem. A senhora me concede?

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Vereador Jones Moura, falta apenas um minuto. E a palavra já estava com o Vereador Leandro Lyra.

O SR. LEANDRO LYRA – Não, Presidente. Vou deixar para discutir depois, então, porque em um minuto só não consigo.

O SR. JONES MOURA – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – O Vereador Leandro Lyra, então, retira o pedido de discussão.

Pela ordem, o nobre Vereador Jones Moura, que dispõe de um minuto.

O SR. JONES MOURA – Obrigado, Senhora Presidente.

Presidente, é só para colocar aqui uma correção na fala do nobre Vereador Italo Ciba. Quero, primeiro, agradecer muito o carinho dele. Foi uma fala tão bacana. Houve apenas um equívoco com relação a eu ser de Nova Iguaçu. Não. Eu sou do Rio de Janeiro. Eu resido no Rio de Janeiro; tenho residência no Rio de Janeiro. Mas, aí, ele falou Nova Iguaçu, eu tenho um carinho muito grande pelo povo iguaçuano; também tenho residência em Nova Iguaçu, e, aí, eu queria só fazer essa correção na fala, para não dar a impressão de que eu só moro em uma cidade. A gente quer deixar clara essa fala dele, aí. Está bem? É uma questão até de correção de fala, porém, com um carinho muito grande pelo Vereador Italo Ciba, que é uma pessoa que eu amo, gosto muito.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (TÂNIA BASTOS) – Não havendo mais quem queira discutir, o Projeto de Lei nº 1943/2020 voltará em 1ª discussão, em 2ª sessão.

Esgotado o tempo destinado à presente Sessão, a Presidência, antes de encerrar, convoca Sessão Extraordinária para a próxima terça-feira, dia 20 de outubro, às 15 horas.

A Ordem do Dia será publicada no Diário da Câmara Municipal. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18 horas)

## EXPEDIENTE

# Projetos de Lei Complementar

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 196/2020

DISPÕE SOBRE O USO PERMITIDO NA ÁREA QUE ESPECIFICA.

AUTORES: VEREADOR JONES MOURA; VEREADOR CARLO CAIADO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Segurança Pública, Comissão de Esportes e Lazer.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O terreno ocupado pela Base da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, no nº 37 da Rua Bambina, no bairro de Botafogo, em caso de desativação daquela unidade de serviços públicos de segurança e ordem pública e defesa social, tem seu uso restrito a abrigar instalações do serviço público e/ou áreas de convivência e lazer para a população.

Parágrafo único. A área a que se refere o caput está delimitada no Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Vilella, 17 de outubro de 2020.

Vereador JONES MOURA

Vereador CARLO CAIADO

ANEXO ÚNICO



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Legislativo tem por finalidade principal a manutenção dos serviços públicos prestados pela GM-Rio, a partir das Unidades Operacionais, que se encontram estabelecidas na Base Bambina GM-RIO, nº 37, Botafogo. Nesse sentido, importante registrar que atualmente, encontram-se lotados nas Unidades Operacionais da Base Bambina GM-Rio, mais de 1.300 guardas municipais, responsáveis pelo atendimento das demandas e prestação dos serviços essenciais e inadiáveis a toda população da Zona Sul carioca e outros bairros vizinhos. Portanto, é certo que a retirada da GM-Rio daquele local, prejudica não só a prestação dos serviços públicos, como precariza a qualidade de vida dos moradores do bairro de Botafogo, bem como, atinge direta e negativamente as atividades comerciais e também o turismo.

A Base Bambina GM-Rio, encontra-se estabelecida em um ponto estratégico, fundamental para garantir a eficiência da utilização daquela



estrutura em favor dos cidadãos, através da prestação dos serviços públicos e essenciais da GM-Rio, principalmente, que por serem afetos às questões de segurança e ordem pública e defesa social, refletem diretamente no aumento da sensação de segurança, não só dos moradores e munícipes, como também, dos turistas nacionais e estrangeiros, consequentemente, afetando positivamente e indubitavelmente a economia da nossa cidade.

Importante ainda dizer, que essa medida além de atender aos interesses dos moradores, empreendedores, comerciantes da região, os quais, não por acaso, criaram um movimento para defender a permanência das Bases da GM-Rio naquele local, a fim de manter a prestação dos serviços públicos essenciais e inadiáveis, prestados por aqueles órgãos, também atende o interesse dos guardas municipais que consideram a Base Bambina, como o berço da GM-Rio. Segundo relatos desses últimos, a manutenção da estrutura da Base Bambina, como pertencente à GM-Rio, mediante a sua reestruturação e conservação, vai além do prédio em si, tratar-se-ia da preservação da própria história institucional, lembrando eles, que aquele local, foi onde tudo teve início e por isso, representa toda história de luta, perseverança, autoafirmação e superação institucional da GM-Rio. Mencionaram ainda, que a GM-Rio nasceu naquele lugar e o habita, desde o longínquo ano de 1992.

Todo o recorrido até aqui, faz sentido e reforça a importância da nossa proposta, porque estranhamente, a atual Administração tentou fazer uma Licitação para venda da Base Bambina GM-Rio, impedida liminarmente, por decisão judicial do TJRJ, através do Processo nº 0164180-30.2020.8.19.0001. Tal proposta de venda, justificada, apenas, no discurso do incremento financeiro do FUNPREVI, o que tem sido habitual nessa Gestão, não pode superar todo o interesse público e os serviços prestados pelos órgãos que utilizam aquela área.

Assim sendo, como o ato do Governo vai contra o interesse público e principalmente, contraria o interesse dos moradores, empreendedores, comerciantes, e a nosso ver, todas as políticas públicas do Município, entendemos que todo o conjunto atualmente ocupado pela Base Bambina da GM-Rio deve permanecer como se encontra, para continuidade e desempenho da sua atual função, e que, caso alguma Administração municipal queira se desfazer da função da GM-Rio, a partir daquele local, que toda a área seja mantida como destinada a uso público, abrigando instalações do serviço público e/ou áreas de convivência e lazer para a população.

Dito isso, conto com o apoio dos Ilustres e Nobres Vereadores para aprovação desta nossa propositura.

## Projetos de Lei

(\*)PROJETO DE LEI Nº 1866/2020

INSTITUI O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – SUAS RIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORES: VEREADOR JOÃO MENDES DE JESUS, VEREADOR DR. GILBERTO, VEREADOR ROCAL, VEREADOR CESAR MAIA, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JAIRINHO, VEREADOR DR. JORGE MANAIA, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR CARLO CAIADO, VEREADORA VERA LINS, VEREADORA TÂNIA BASTOS, VEREADOR ZICO BACANA, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR ZICO, VEREADORA FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE, VEREADOR ELISEU KESSLER, VEREADORA LUCIANA NOVAES, VEREADOR ITALO CIBA, VEREADOR FERNANDO WILLIAM, VEREADORA TERESA BERGHER, VEREADOR TARCISIO MOTTA.

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comis-

são de Assistência Social, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão de Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Esportes e Lazer, Comissão de Educação, Comissão de Cultura, Comissão de Defesa da Mulher, Comissão do Idoso, Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Comissão de Prevenção às Drogas, Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Em 13/03/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

EM TEMPO: Ficam dispensados os pareceres das Comissões de Justiça e Redação, Comissão de Educação e Comissão de Assistência Social, por serem coautores a maioria dos membros destas Comissões Permanentes.

Em 09/10/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

EM TEMPO: Ficam dispensados os pareceres da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Trabalho e Emprego, Comissão de Defesa da Mulher, e da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, por serem coautores a maioria dos membros destas Comissões Permanentes.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

(...)

(\*)(Republicado para INCLUSÃO de coautoria e para adequação de despacho. Publicado no DCM nº 192 de 13/10/2020, pág. 4)



PROJETO DE LEI Nº 1956/2020

DÁ O NOME DE RUA PEDRO ROSALVO (1916/1997) À ATUAL RUA 1, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Pedro Rosalvo (1916/1997) à atual Rua 1, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA





Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.

(...)



PROJETO DE LEI Nº 1957/2020

DÁ O NOME DE RUA MOURAS (1903/1974) À ATUAL RUA 2, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Mouras (1903/1974) à atual Rua 2, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.

(...)



PROJETO DE LEI Nº 1958/2020

DÁ O NOME DE RUA MARIANA EUGÊNIA (1773/1842) À ATUAL RUA 3, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos,

Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Mariana Eugênia (1773/1842) à atual Rua 3, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.

(...)



PROJETO DE LEI Nº 1959/2020

DÁ O NOME DE RUA ALVES BARBOSA (1915/2006) À ATUAL RUA 4, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos,

Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Alves Barbosa (1915/2006) à atual Rua 4, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.





Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.

(...)



PROJETO DE LEI Nº 1960/2020

DÁ O NOME DE RUA GARCIA NEVES (1926/1982) À ATUAL RUA 5, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Garcia Neves (1926/1982) à atual Rua 5, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.



PROJETO DE LEI Nº 1961/2020

DÁ O NOME DE RUA PEREIRA CARVALHO (1915/1975) À ATUAL RUA 6, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO: A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Pereira Carvalho (1915/1975) à atual Rua 6, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 20, DE 3 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos.



PROJETO DE LEI Nº 1962/2020

DÁ O NOME DE RUA SOUZA MOREIRA (1937/2020) À ATUAL RUA 7, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Souza Moreira (1937/2020) à atual Rua 7, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO





JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI N.º 20 DE 03 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos

(...)



PROJETO DE LEI N.º 1963/2020

DÁ O NOME DE RUA TOLEDO RANQUINE (1935/2017) À ATUAL RUA 8, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Toledo Ranquine (1935/2017) à atual Rua 8, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI N.º 20 DE 03 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos

(...)



PROJETO DE LEI N.º 1964/2020

DÁ O NOME DE RUA ISMAEL SILVA (1943/1999) À ATUAL RUA 9, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Ismael Silva (1943/1999) à atual Rua 9, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI N.º 20 DE 03 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos

(...)



PROJETO DE LEI N.º 1965/2020

DÁ O NOME DE RUA GOMEZ RIBEIRO (1927/2018) À ATUAL RUA 10, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: Vereador WILLIAN COELHO

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos, Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Gomez Ribeiro (1927/2018) à atual Rua 10, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador WILLIAN COELHO

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência

#### LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI N.º 20 DE 03 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos

(...)



#### PROJETO DE LEI N.º 1966/2020

DÁ O NOME DE RUA OLIVEIRA DUARTE (1933/2005) À ATUAL RUA 11, SITUADA NO LOTEAMENTO DOS MOURAS, EM PACIÊNCIA.

AUTOR: VEREADOR WILLIAN COELHO

#### DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de: Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, Comissão de Assuntos Urbanos,

Comissão de Educação.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO,

#### D E C R E T A:

Art. 1º O Poder Executivo dará o nome de Rua Oliveira Duarte (1933/2005) à atual Rua 11, no Loteamento dos Mouras, em Paciência.

Art. 2º Na execução desta Lei, o Poder Executivo observará o disposto na Lei nº 20, de 3 de outubro de 1977.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador

WILLIAN COELHO

#### JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo atender a solicitação e expectativa dos moradores do Loteamento dos Mouras no bairro de Paciência.

#### LEGISLAÇÃO CITADA:

LEI N.º 20 DE 03 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a aposição de placas explicativas nos logradouros públicos

(...)

## Requerimentos

#### DESPACHO:

Imprima-se para conhecimento prévio dos Senhores Vereadores.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

#### REQUERIMENTO N.º 6738/2020

REQUEIRO à Mesa Diretora, com fulcro no Regimento Interno, a concessão do Conjunto de Medalhas de Mérito Pedro Ernesto, a Doutora Carmen Eliza Bastos de Carvalho, pelos relevantes serviços prestados a sociedade Carioca e ao povo Fluminense como Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Plenário Teotônio Villela, 7 de outubro de 2020.

Vereador CARLO CAIADO  
DEM

Com apoio dos Senhores: VEREADOR CESAR MAIA, VEREADOR DR. CARLOS EDUARDO, VEREADOR DR. JAIRINHO, VEREADOR FERNANDO WILLIAM, VEREADOR INALDO SILVA, VEREADOR JOÃO MENDES DE JESUS, VEREADOR JORGE FELIPPE, VEREADOR MARCELLO SICILIANO, VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI, VEREADOR RAFAEL ALOISIO FREITAS, VEREADOR RENATO MOURA, VEREADOR WELINGTON DIAS, VEREADOR ZICO BACANA, VEREADORA FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE, VEREADORA ROSA FERNANDES, VEREADORA TÂNIA BASTOS, VEREADORA TERESA BERGHER.

#### JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa homenagear a Senhora Carmen Eliza Bastos de Carvalho, Digníssima Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em reconhecimento a quem fez e faz em prol do bem comum, no cumprimento diário de suas funções, onde vela incansavelmente pela promoção dos Direitos Fundamentais, conforme o compromisso daquela Instituição que é defender o Estado Democrático de Direito.

Nossa homenageada, a Promotora de Justiça Carmen Eliza Bastos de Carvalho, em seus 25 Anos de Carreira, sempre pautou suas ações baseadas na transparência, ética, lisura e independente de qualquer influência ideológica, sendo assim, respeitada e sempre ativa no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, ao tempo de parabenizá-la e aplaudi-la pela enorme nobreza daquilo que vem realizando em nosso País, Estado e Município, entendo que a torna merecedora desta honraria.

Dito isto, solicito aos nobres colegas o apoio necessário para que a presente proposta logre êxito.



#### DESPACHO:

Deferido com base no art. 206, IX, do Regimento Interno.

Em 15/10/2020

JORGE FELIPPE - PRESIDENTE

#### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º 2213/2020

REQUEIRO à Mesa Diretora, observado o disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, que sejam solicitadas à Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU, as seguintes informações.





- Considerando o licenciamento de novos empreendimentos do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na região do Pontal Oceânico, no bairro do Recreio dos Bandeirantes, solicito:

1 - Cópia de inteiro teor do processo nº 02/000.728/2016.

Plenário Teotônio Vilela, 15 de outubro de 2020.

Vereador CARLO CAIADO  
DEM

## Indicações

Vereador CARLOS BOLSONARO

DESPACHO:

A imprimir as Indicações nºs 13.500 a 13.509.

Encaminhe-se.

Em 22.9.2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

Nº 13.500, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Vidal Ramos, na altura do número 185 - Marechal Hermes.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.501, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Barão de Lucena, na altura do número, 135 - Botafogo.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.502, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua das Laranjeiras, na altura do número, 154 - Laranjeiras.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.503, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Praça Maringá - Marechal Hermes (entorno do Colégio Municipal Irineu Marinho).

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.504, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco em toda extensão da Rua Tenente Rauhen - Bento Ribeiro.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.505, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Araçoiaba, na altura do número, 14 - Marechal Hermes.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.506, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Aramã, esquina com Rua Picuí - Bento Ribeiro.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.507, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Igaratá, na altura do número, 650 - Marechal Hermes.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.508, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Sirici, na altura do número, 468 - Marechal Hermes.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Nº 13.509, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja expedido ofício ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, solicitando providências junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC, para a realização de serviço de tapa buraco na Rua Limites, na altura do número, 1.139 - Realengo.

Ressalto que tal indicação deve observar às prioridades do Poder Executivo, tendo em vista a Pandemia do COVID-19.

Vereador JUNIOR DA LUCINHA

DESPACHO:

A imprimir as Indicações nºs 13.510 a 13.519.

Encaminhe-se.

Em 22.9.2020

JORGE FELIPPE – PRESIDENTE

Nº 13.510, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), nas ruas abaixo indicadas, no Bairro Brilho do Sol I, em Guaratiba.

- Ruas: A,B,C,D,E,F,G.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.511, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmº Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura,



ra, Habitação e Conservação - SMIHC objetivando a construção de Praça no espaço existente para este fim na Rua 9 (final), Bairro Zeppelin, em Santa Cruz.

Nº 13.512, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC objetivando a reforma da Praça localizada entre as Ruas Paulino Chaves e Carlos Vianna - Conjunto Alvorada/Novo Mundo, entrada pela Avenida João XXIII, em Santa Cruz.

Nº 13.513, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Conservação - SMIHC objetivando a revitalização da Praça localizada na Rua Bom Pastor - Vila São Jorge, em Cosmos.

Nº 13.514, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), nos Condomínios abaixo relacionados com localização na Rua Nelson Xavier, no Bairro de Santa Cruz.

- Condomínio Ônix;
- Condomínio Topázio;
- Condomínio Ágata;
- Condomínio Jade;
- Condomínio Ametista;
- Condomínio Safira.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.515, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), no Condomínio Porto Belo, localizado na Rua Camacho nº 260, no Bairro de Santa Cruz.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.516, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), no Condomínio Porto Fino, localizado na Rua Camacho nº 230, no Bairro de Santa Cruz.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.517, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), nas ruas abaixo indicadas, no Bairro de Guaratiba.

- Estrada do Frágoso;
- Caminho do Telegrafo;
- Travessa A.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.518, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), na Estrada da Cachamorra, no Bairro de Campo Grande.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

Nº 13.519, de 22.9.2020 – INDICO à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Rio de Janeiro, para que interceda junto a RIOLUZ DETERMINANDO A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMULAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IMPLANTAÇÃO DE LÂMPADAS DE LED), na Rua Artur Rios, no Bairro de Campo Grande.

Esta ação irá trazer melhoras na qualidade de vida dos moradores locais e adjacentes, contribuindo de forma decisiva para aos aspectos da inclusão social e da cidadania.

## COMISSÕES PERMANENTES

### Pareceres

### Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

(\*) Da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA ao Projeto de Lei nº 1943/2020 (Mensagem nº 182/2020) que “*Estima a receita e fixa a despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2021*”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO  
RELATORA: VEREADORA ROSA FERNANDES  
(FAVORÁVEL)

(...)

#### III - CONCLUSÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, em reunião realizada em 13 de outubro de 2020, aprovou o voto da Relatora, Vereadora Rosa Fernandes, **FAVORÁVEL**, ao Projeto de Lei nº 1943/2020 (Mensagem nº 182/2020), de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2020.

Vereadora ROSA FERNANDES  
Presidente

Vereador RAFAEL ALOISIO FREITAS  
Vice-Presidente





Vereador PROF. CÉLIO LUPPARELLI  
Vogal

(\*)Republicado por omissão de trecho. Publicado no DCM nº 194, de 15/10/2020, pág. 12)

## ATOS E DESPACHOS

### Mesa Diretora

DESPACHOS DA MESA DIRETORA  
EXPEDIENTE DE 29/09/2020

PROC. Nº 0408/19 – CMRJ – de 17/01/2019 - A MESA DIRETORA, considerando o Parecer AJU/MFFS nº 06 – 09/2020 da Assessoria Jurídica, às fls. 458/465, a manifestação da Inspeção-Geral de Finanças, às fls. 506/507, e o de acordo da Controladoria-Geral, às fls. 507, todas do Processo nº 0408/19, decidiu autorizar a 1ª (primeira) prorrogação do prazo de vigência do Contrato CMRJ nº 53/19, com fundamento no disposto no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 30 de setembro de 2020, em favor da EDUCALIBRAS TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO IDIOMA DE LIBRAS LTDA – EPP, bem como decidiu autorizar a despesa, no valor total de R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais), a emissão de Empenho Global e respectiva Ordem de Pagamento, pelo Elemento de Despesa 3.3.90.39-08, no valor de R\$ 18.073,60 (dezoito mil, setenta e três reais e sessenta centavos), para atender as despesas no exercício corrente, em favor da referida sociedade.

A MESA DIRETORA decidiu, ainda, autorizar o Excelentíssimo Senhor Presidente a assinar o Termo Aditivo respectivo, cuja minuta deverá ser elaborada pela Assessoria Jurídica. Publique-se.

Encaminhe-se à Diretoria de Finanças, para as providências complementares, e, sucessivamente, à Assessoria Jurídica, para elaboração do respectivo Termo.

EXPEDIENTE DE 15/10/2020

PROC. Nº 2390/20 – CMRJ – de 15/09/2020 - A MESA DIRETORA, considerando a manifestação da Inspeção-Geral de Finanças, às fls. 44/45, o de acordo da Controladoria-Geral, às fls. 45 e o Parecer AJU/MFFS Nº 12 – 10/2020, da Assessoria Jurídica, às fls. 46/54, todas do PROC. Nº 2390/20, decidiu autorizar a abertura de licitação e realização de procedimento licitatório na modalidade Convite, para a contratação de empresa especializada, pelo regime de empreitada por preço global, para prestação de serviços de engenharia de execução de obras de reforma e restauração do Guarda Corpo do Hall Nobre do Palácio Pedro Ernesto, onde se localiza a CMRJ, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, às fls. 03/18 do presente processo. Publique-se.

Encaminhe-se à Comissão de Licitação, para as devidas providências.

PROC. Nº 2506/20 – CMRJ – de 25/09/2020 - A MESA DIRETORA, considerando as manifestações da Diretoria de Pessoal, às fls. 15 e da Diretoria-Geral de Administração, às fls. 16, ambas do Processo nº 2506/20, decidiu acolher excepcionalmente o requerimento da servidora Sílvia Elizete Mattos Martins Ribeiro da Silva, matrícula 60/816.765-2, nomeada através da Resolução “P” nº 14101, com validade a partir de 1º de junho de 2020, considerando a Resolução da Mesa Diretora nº 10336/2020, que suspende excepcionalmente o funcionamento da CMRJ a partir de 17 de março de 2020, considerando que o protocolo funcionou precariamente até 31 de julho de 2020. Publique-se.

Encaminhe-se à Diretoria de Pessoal, para as providências necessárias.

## Secretário

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
EXPEDIENTE DE 15/10/2020

Proc. CMRJ nº 1583/20.

À Diretoria de Pessoal.

Defiro o solicitado na inicial, conforme parecer da Assessoria Jurídica às fls. 36/44 do p.p. Adotem as providências necessárias.

Publique-se.

## Diretoria-Geral de Administração

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EXPEDIENTE DE 15/10/2020  
PROCESSO DEFERIDO

FÉRIAS

2685/20

## Diretor de Pessoal

DESPACHO DO DIRETOR DE PESSOAL  
EXPEDIENTE DE 15/10/2020  
PROCESSO DEFERIDO

FÉRIAS

2430/2020

## EDITAIS, CONTRATOS E BALANCETES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor-Geral de Administração da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e após ter enviado correspondência para o endereço constante em seus registros funcionais, convoca o(a) ex-servidor(a), TATIANA FELIPE PECLAT, matrícula 60/816.431-1, a comparecer na Divisão de Pagamento da Diretoria de Pessoal desta Casa, a fim de comprovar o cumprimento das pendências constantes no processo CMRJ nº 1754/20, no prazo máximo de 30 dias.

Em 15 de outubro de 2020

MÁRIO ANTUNES

Diretor Geral de Administração



PREGÃO PRESENCIAL CMRJ Nº 09/2020 - PROCESSO Nº.  
1617/2020

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS  
Formalização de ata de registro de preços para prestação de serviços de confecção, montagem e instalação de móveis planejados, confecciona-





dos em MDP, nos imóveis da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo prazo de 12 (doze) meses.

A PREGOEIRA E A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO tornam público e comunicam aos interessados o resultado do Julgamento das Propostas de Preços do certame em epígrafe, declarando vencedora e adjudicando o objeto à empresa SMS COMERCIO DE MOVEIS EIRELI - ME.

SÁVIA BOSCO CAROLINO DE BARROS  
Presidente da Comissão de Licitação  
Matrícula 16/801.121-5



AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

A PREGOEIRA E A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO tornam público e comunicam aos interessados que realizarão licitação, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020  
Data: 3 de novembro de 2020 Horário: 12:00 horas  
Processo Administrativo: CMRJ 01218/2020  
Objeto: Formalização de Ata de Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de produtos alimentícios (café e açúcar), a fim de atender às necessidades da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, conforme especificações e quantidades contidas no Termo de Referência.  
Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item  
Valor Total Estimado: R\$ 37.360,00 (trinta e sete mil, trezentos e sessenta reais)  
Prazo de Entrega: 10 (dez) dias.

Os proponentes interessados na autenticação das cópias pela pregoeira ou equipe de apoio deverão procurá-los 01 (uma) hora antes do início da sessão e abertura da licitação para proceder à autenticação, munidos dos documentos originais.

Os documentos mencionados nos itens 9.2 ou 9.3, 9.4 e 9.5 do Edital deverão ser entregues à Pregoeira fora de qualquer envelope.

O Edital e respectivos Anexos estão disponíveis e podem ser retirados na Comissão de Licitação, situada na Praça Floriano, 51 – 33º andar – sala 3302 – Centro – Rio de Janeiro, no horário das 13:00 às 17:00 horas. As empresas interessadas poderão trazer PEN DRIVE para copiar a Proposta Detalhe. O Edital e seus anexos também poderão ser obtidos no Portal de Transparência da Câmara Municipal: <http://www.camara.rj.gov.br/>. Informações e consultas tel. 3814-1175/3814-1176.

SÁVIA BOSCO CAROLINO DE BARROS  
Presidente da Comissão de Licitação  
Matrícula 16/801.121-5



AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

A PREGOEIRA E A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO tornam público e comunicam aos interessados que realizarão licitação, nos seguintes termos:

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020  
Data: 3 de novembro de 2020 Horário: 14:00 horas  
Processo Administrativo: CMRJ 04636/2019

Objeto: Formalização de ata de registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de informática (desktop), conforme especificações e quantidades contidas no Termo de Referência.

Tipo de Licitação: Menor Preço por Item  
Valor Total Estimado: R\$ 975.211,00 (novecentos e setenta e cinco mil e duzentos e onze reais)  
Prazo de Entrega: 30 (trinta) dias

Os proponentes interessados na autenticação das cópias pela pregoeira ou equipe de apoio deverão procurá-los 01 (uma) hora antes do início da sessão e abertura da licitação para proceder à autenticação, munidos dos documentos originais.

Os documentos mencionados nos itens 9.2 ou 9.3, 9.4 e 9.5 do Edital deverão ser entregues à Pregoeira fora de qualquer envelope.

O Edital e respectivos Anexos estão disponíveis e podem ser retirados na Comissão de Licitação, situada na Praça Floriano, 51 – 33º andar – sala 3302 – Centro – Rio de Janeiro, no horário das 13:00 às 17:00 horas. As empresas interessadas poderão trazer PEN DRIVE para copiar a Proposta Detalhe. O Edital e seus anexos também poderão ser obtidos no Portal de Transparência da Câmara Municipal: <http://www.camara.rj.gov.br/>. Informações e consultas tel. 3814-1175/3814-1176.

SÁVIA BOSCO CAROLINO DE BARROS  
Presidente da Comissão de Licitação  
Matrícula 16/801.121-5



## Câmara é cultura!

O Projeto Carioquinha na Câmara busca aproximar o público infantojuvenil do Poder Legislativo levando centenas de alunos de escolas municipais a conhecerem o Palácio Pedro Ernesto.

Na visita, é simulada a votação de um projeto de lei para ensinar à juventude sobre o Poder Legislativo. O Projeto conta com o objetivo de multiplicar importantes conceitos de política e cidadania.



# COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

## RESOLUÇÃO Nº 1486 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades no contrato de concessão do Município do Rio de Janeiro e a concessionária VIARIO S.A. - TRANSOLÍMPICA.

**Presidente:** Alexandre Isquierdo

**Relator:** Thiago K. Ribeiro

**Membros:** Inaldo Silva, João

Mendes de Jesus, Leonel Brizola

**Suplentes:**

INÍCIO: 28/08/2019

(\*) PRAZO FINAL (COM PRORROGAÇÃO): 12/09/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

(\*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

(\*) SUSPENSO PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS; AUTORIZADO PELO SR. PRESIDENTE EM DESPACHO PUBLICADO NO DCM Nº 173, DE 15/09/2020, PÁG. 07.

## RESOLUÇÃO Nº 1491 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar o recolhimento de tributos municipais por empresas fornecedoras de serviço de transporte remunerado privado de passageiro por intermédio de aplicativo.

**Presidente:** Leonel Brizola

**Relator:** Dr. Marcos Paulo

**Membros:** Átila A. Nunes,

Luiz Carlos Ramos Filho,

Vera Lins

INÍCIO: 20/02/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO): 08/11/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

(\*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

## RESOLUÇÃO Nº 1492 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades na execução do contrato de concessão para gestão e exploração integradas do Jardim Zoológico Municipal.

**Presidente:** Dr. Gilberto

**Relator:** Rafael Aloisio Freitas

**Membros:** Dr. Marcos Paulo, Luiz

Carlos Ramos Filho, Renato Cinco

**Suplentes:** Major Elitusaalem

INÍCIO: 11/03/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO):

25/11/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

(\*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

## RESOLUÇÃO Nº 1493 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar irregularidades no contrato de concessão entre o Município do Rio de Janeiro e a Orla Rio Associados Ltda

**Presidente:** Marcello Siciliano

**Relator:** Thiago K. Ribeiro

**Membros:** Fernando William,

João Mendes de Jesus, Dr. Jorge

Manaia

**Suplentes:** Tarcísio Motta

INÍCIO: 10/03/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO): 24/11/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

(\*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

## RESOLUÇÃO Nº 1494 / 2019

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar e apurar sonegação fiscal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS do setor financeiro da Cidade do Rio de Janeiro.

**Presidente:** Fernando William

**Relator:** Dr. Jorge Manaia

**Membros:** Inaldo Silva, Átila A.

Nunes, João Mendes de Jesus

**Suplentes:** Babá

INÍCIO: 10/03/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO): 24/11/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

(\*) PRAZOS ALTERADOS EM VIRTUDE DA RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 10343 DE 2020

## RESOLUÇÃO Nº 1512 / 2020

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de Investigar e apurar os fatos que constituem a denúncia da existência de um grupo chamado "Guardiões do Crivella", representado por servidores públicos do Município.

**Presidente:** Dr. Jorge Manaia

**Relator:** Inaldo Silva

**Membros:** Teresa Bergher,

Átila A. Nunes, Felipe Michel.

**Suplentes:** Paulo Pinheiro

INÍCIO: 30/09/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO): 31/12/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**

## RESOLUÇÃO Nº 1513 / 2020

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de Investigar e apurar fatos determinados acerca de suposto esquema de corrupção na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, "QG da propina".

**Presidente:** Dr. Jorge Manaia

**Relator:** João Mendes de Jesus

**Membros:** Dr. Jairinho, Átila A.

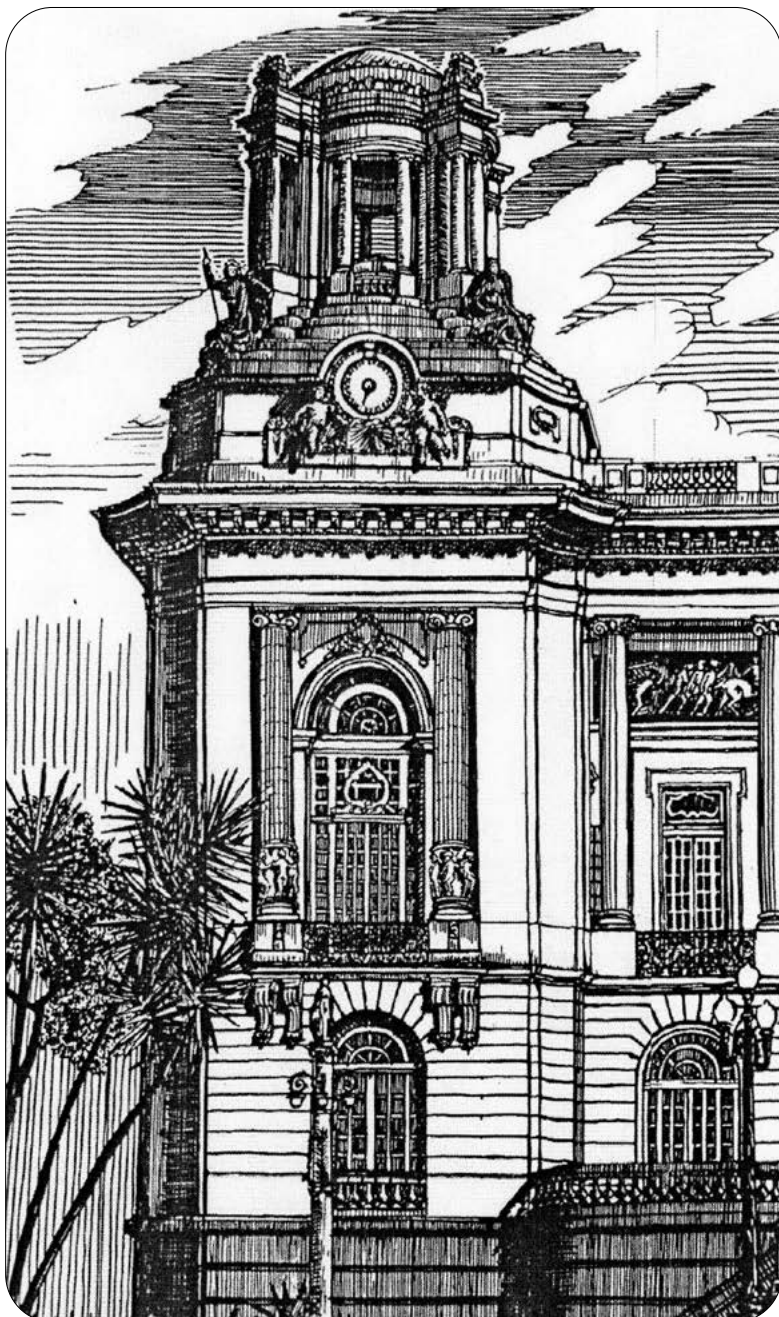
Nunes, Prof. Célio Lupparelli

**Suplentes:** Tarcísio Motta

INÍCIO: 30/09/2020

(\*) PRAZO FINAL (SUJEITO À ALTERAÇÃO): 31/12/2020

**STATUS: EM ANDAMENTO**



# COMISSÕES ESPECIAIS

## RESOLUÇÃO Nº 1496 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar os temas internacionais que se relacionam com o Município do Rio de Janeiro, manter os Vereadores informados sobre temas internacionais e estabelecer relações da Câmara Municipal do Rio de Janeiro com outros parlamentos locais.

**Presidente:** Cesar Maia  
**Relator:** Dr. João Ricardo  
**Membro:** Leonel Brizola

**INÍCIO:** 04/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1505 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a questão da habitação e direito à moradia adequada na Cidade do Rio de Janeiro.

**Presidente:** Reimont  
**Relator:** Leonel Brizola  
**Membro:** Jones Moura

**INÍCIO:** 24/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1497 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de monitorar e acompanhar o processo da PPP (Parceria Público-Privada) da RIOLUZ.

**Presidente:** Rafael Aloisio Freitas  
**Relator:** Willian Coelho  
**Membros:** Luiz Carlos Ramos Filho;  
Vera Lins, Babá

**INÍCIO:** 04/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1506 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de acompanhar, estudar e analisar a conjuntura da população em situação de rua.

**Presidente:** Reimont  
**Relator:** Dr. Marcos Paulo  
**Membro:** Inaldo Silva

**INÍCIO:** 24/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1498 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de analisar a relação e as responsabilidades do Poder Público com o Carnaval.

**Presidente:** Tarcísio Motta  
**Relator:** Dr. Marcos Paulo  
**Membro:** Marcello Siciliano

**INÍCIO:** 21/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1509 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de analisar o papel e as responsabilidades do Poder Público na prevenção e mitigação de desastres relacionados a enchentes.

**Presidente:** Tarcísio Motta  
**Relator:** Leonel Brizola  
**Membro:** Marcelino D'Almeida

**INÍCIO:** 25/08/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1503 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de promover estudos, debates, seminários, diligências e todos os meios possíveis com vistas à formação de convicção desta casa de leis quanto à viabilidade de implementação da prestação do serviço de transporte hidroviário por órgão do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro.

**Presidente:** Dr. Marcos Paulo  
**Relator:** Paulo Pinheiro  
**Membro:** Babá

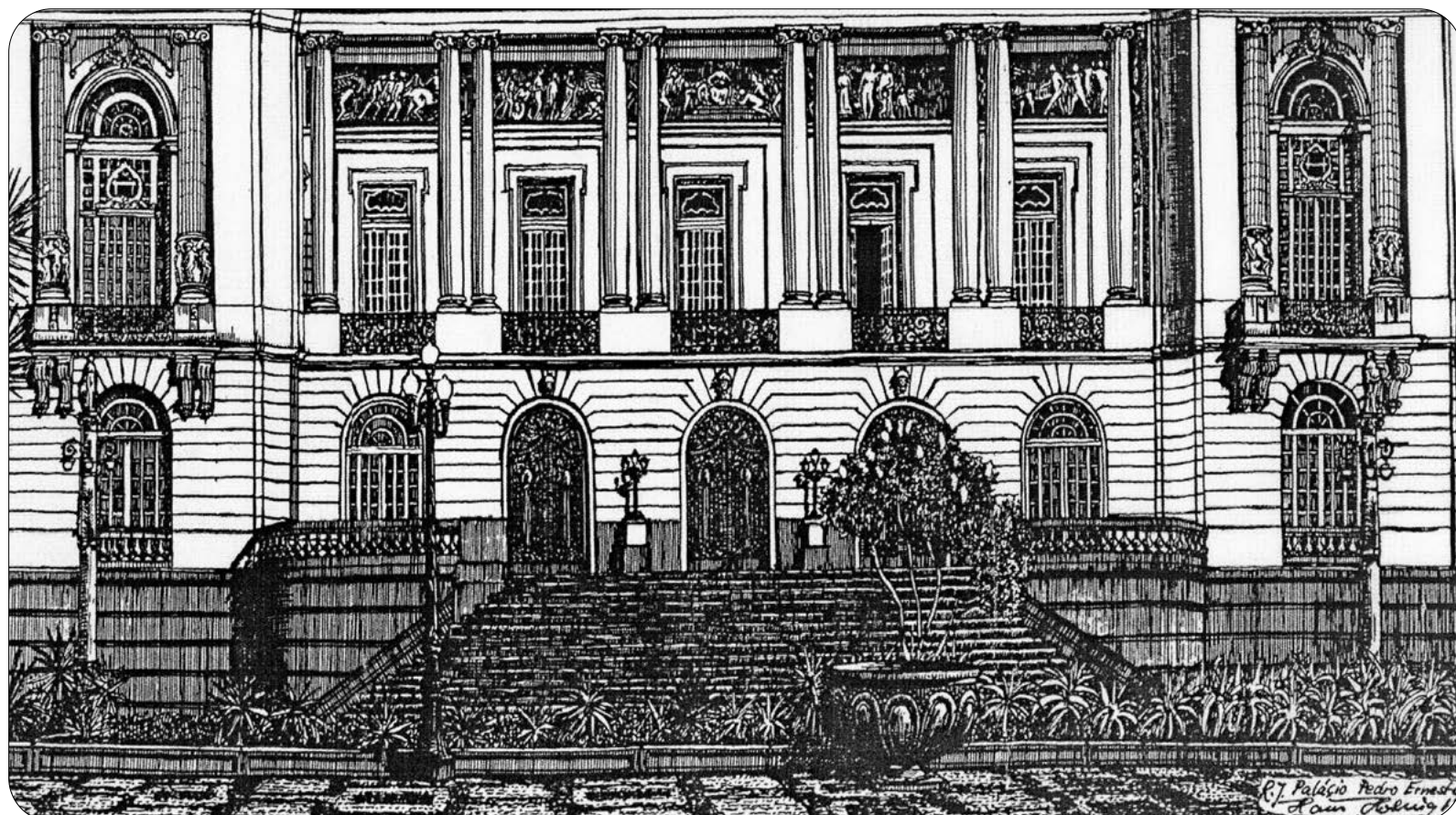
**INÍCIO:** 09/09/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa

## RESOLUÇÃO Nº 1510 / 2020

Comissão Especial com a finalidade de promover estudos, debates, seminários, diligências e todos os meios necessários à formulação de políticas para a saúde animal, na forma que menciona

**Presidente:** Dr. Marcos Paulo  
**Relator:** Paulo Pinheiro  
**Membro:** Tarcísio Motta

**INÍCIO:** 08/09/2020  
**PRAZO:** Término da Sessão Legislativa



# COMISSÕES PERMANENTES

## JUSTIÇA E REDAÇÃO

THIAGO K. RIBEIRO PRESIDENTE	DR. JAIRINHO VICE-PRESIDENTE	JOÃO MENDES DE JESUS VOGAL
---------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

## ABASTECIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA

RAFAEL ALOISIO FREITAS PRESIDENTE	LEANDRO LYRA VICE-PRESIDENTE	JAIR DA MENDES GOMES VOGAL
--------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

## ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS LIGADOS AO SERVIDOR PÚBLICO

JUNIOR DA LUCINHA PRESIDENTE	INALDO SILVA VICE-PRESIDENTE	FERNANDO WILLIAM VOGAL
---------------------------------	---------------------------------	---------------------------

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

DR. GILBERTO PRESIDENTE	WELINGTON DIAS VICE-PRESIDENTE	FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE VOGAL
----------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

## ASSUNTOS URBANOS

WILLIAN COELHO PRESIDENTE	MARCELLO SICILIANO VICE-PRESIDENTE	ÁTILA A. NUNES VOGAL
------------------------------	---------------------------------------	-------------------------

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

MAJOR ELITUSALEM PRESIDENTE	MARCELINO D'ALMEIDA VICE-PRESIDENTE	LEANDRO LYRA VOGAL
--------------------------------	--	-----------------------

## CULTURA

REIMONT PRESIDENTE	TARCÍSIO MOTTA VICE-PRESIDENTE	ROSA FERNANDES VOGAL
-----------------------	-----------------------------------	-------------------------

## DEFESA CIVIL

ZICO BACANA PRESIDENTE	JONES MOURA VICE-PRESIDENTE	JUNIOR DA LUCINHA VOGAL
---------------------------	--------------------------------	----------------------------

## DEFESA DA MULHER

FÁTIMA DA SOLIDARIEDADE PRESIDENTE	VERONICA COSTA VICE-PRESIDENTE	LUCIANA NOVAES VOGAL
---------------------------------------	-----------------------------------	-------------------------

## DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TERESA BERGHER PRESIDENTE	CARLOS BOLSONARO VICE-PRESIDENTE	ALEXANDRE ISQUIERDO VOGAL
------------------------------	-------------------------------------	------------------------------

## DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEONEL BRIZOLA PRESIDENTE	RENATO MOURA VICE-PRESIDENTE	JAIR DA MENDES GOMES VOGAL
------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

## DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LUCIANA NOVAES PRESIDENTE	DR. CARLOS EDUARDO VICE-PRESIDENTE	PROFESSOR ADALMIR VOGAL
------------------------------	---------------------------------------	----------------------------

## DIREITOS DOS ANIMAIS

LUIZ CARLOS RAMOS FILHO PRESIDENTE	VERA LINS VICE-PRESIDENTE	DR. MARCOS PAULO VOGAL
---------------------------------------	------------------------------	---------------------------

## FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

ROSA FERNANDES PRESIDENTE	RAFAEL ALOISIO FREITAS VICE-PRESIDENTE	PROF. CÉLIO LUPPARELLI VOGAL
------------------------------	---	---------------------------------

## EDUCAÇÃO

PROF. CÉLIO LUPPARELLI PRESIDENTE	TARCÍSIO MOTTA VICE-PRESIDENTE	DR. JORGE MANAIA VOGAL
--------------------------------------	-----------------------------------	---------------------------

## ESPORTES E LAZER

FELIPE MICHEL PRESIDENTE	ITALO CIBA VICE-PRESIDENTE	PROFESSOR ADALMIR VOGAL
-----------------------------	-------------------------------	----------------------------

## HIGIENE, SAÚDE PÚBLICA E BEM-ESTAR SOCIAL

DR. JORGE MANAIA PRESIDENTE	DR. JOÃO RICARDO VICE-PRESIDENTE	PAULO PINHEIRO VOGAL
--------------------------------	-------------------------------------	-------------------------

## IDOSO

MARCELINO D'ALMEIDA PRESIDENTE	TERESA BERGHER VICE-PRESIDENTE	PAULO PINHEIRO VOGAL
-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------

## MEIO AMBIENTE

ELISEU KESSLER	RENATO CINCO	WILLIAN COELHO
----------------	--------------	----------------

## MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

VERA LINS PRESIDENTE	INALDO SILVA VICE-PRESIDENTE	ÁTILA A. NUNES VOGAL
-------------------------	---------------------------------	-------------------------

## OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA

WELINGTON DIAS PRESIDENTE	DR. GILBERTO VICE-PRESIDENTE	BABÁ VOGAL
------------------------------	---------------------------------	---------------

## PREVENÇÃO ÀS DROGAS

VERONICA COSTA PRESIDENTE	LEONEL BRIZOLA VICE-PRESIDENTE	RENATO MOURA VOGAL
------------------------------	-----------------------------------	-----------------------

## SEGURANÇA PÚBLICA

JONES MOURA PRESIDENTE	ITALO CIBA VICE-PRESIDENTE	ZICO BACANA VOGAL
---------------------------	-------------------------------	----------------------

## TRABALHO E EMPREGO

FERNANDO WILLIAM PRESIDENTE	PAULO MESSINA VICE-PRESIDENTE	DR. CARLOS EDUARDO VOGAL
--------------------------------	----------------------------------	-----------------------------

## TRANSPORTES E TRÂNSITO

ALEXANDRE ISQUIERDO PRESIDENTE	MAJOR ELITUSALEM VICE-PRESIDENTE	LUIZ CARLOS RAMOS FILHO VOGAL
-----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------------

## TURISMO

MARCELLO SICILIANO PRESIDENTE	MARCELO ARAR VICE-PRESIDENTE	DR. JOÃO RICARDO VOGAL
----------------------------------	---------------------------------	---------------------------

## CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

FERNANDO WILLIAM PRESIDENTE	THIAGO K. RIBEIRO VICE-PRESIDENTE	MARCELLO SICILIANO SECRETÁRIO	INALDO SILVA MEMBRO	ALEXANDRE ISQUIERDO MEMBRO
DR. JAIRINHO MEMBRO	ITALO CIBA MEMBRO	1º SUPLENTE	DR. JOÃO RICARDO 2º SUPLENTE	FELIPE MICHEL 3º SUPLENTE

**Diário Oficial**  
Câmara Municipal do Rio de Janeiro  
Sexta-feira, 16 de outubro de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO  
DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Praça Floriano s/n - Tel: (21) 3814-2121  
www.camara.rj.gov.br / ascom@camara.rj.gov.br